SAMARCO MINERAÇÃO S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO-2008

DESENVOLVIMENTO
COM ENVOLVIMENTO

SAMARCO

Senhores acionistas.
A Samarco Mineração S.A., ("Samarco" e/ou "Companhia"), comunica aos seus acionistas que em cumprimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.179/09, de 24 de julho de 2009, que trata de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, decidiu pela adoção do Dólar Norte Americano como moeda funcional em substituição do Real, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 02 e, a consequentemente, necessidade de refazimento e reapresentação das demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007.
Desde a publicação do CPC 02 a Samarco vinha discutindo a definição quanto à moeda do ambiente econômico principal no qual opera. Devido a complexidade do assunto em decorrência da identificação de indicadores mistos e a determinação da moeda funcional da Samarco não ser evidente, a administração optou por manter o Real como a moeda funcional, notadamente na consideração do custo operacional como principal premissa. Embora os indicadores secundários já demonstrassem uma forte ligação com o ambiente externo, a Diretoria Executiva da Samarco, naquele momento, optou por seguir os indicadores, levando em consideração uma maior participação do mercado interno na composição do custo operacional total e sua posição como um produtor de baixo custo.
Em 2009, a Diretoria Executiva da Samarco conduziu novo estudo mais profundo e detalhado dos efetivos impactos dos indicadores primários e secundários nas atividades operacionais, objetivando a identificação da moeda que melhor representa o ambiente de negócios da Companhia. Na avaliação técnica dos indicadores primários e secundários efetuada, identificou-se também a relevância do mercado global nos custos operacionais da Samarco, além da influência já conhecida em relação à formação dos preços de venda dos seus produtos. Nesta análise, evidenciou-se que o custo operacional da Samarco no exercício de 2008 foi impactado em aproximadamente 50% por itens regulados no mercado internacional e, mesmo num período de restrição de demanda no exercício de 2009, esse valor atingiu cerca de 40%, o que demonstra também a grande influência do mercado externo sobre os desembolsos totais.
Desta forma, a Diretoria Executiva concluiu que a definição inicial, ao determinar o Real como a Moeda Funcional da Samarco, foi baseada em análises, cuja extensão aquém da requerida e, previstos no CPC 02.
Diante disto, as demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, emitida com parecer dos auditores independentes sem ressalva, datado de 08 de abril de 2009, foram refeitas e estão sendo reapresentadas com os devidos efeitos da mudança da moeda funcional para o Dólar Norte Americano sobre as contas patrimoniais, demonstrações de resultado e fluxos de caixa da Samarco.
A Samarco informa que as devidas providências de reapresentação das demonstrações financeiras foram adequadamente tomadas, a fim de colocar à disposição de V.Sas. efetiva posição patrimonial e financeira da Companhia preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes aquela época.

PERFIL

Fundada em 1977, a Samarco Mineração é uma empresa brasileira, fornecedora de minério de ferro para o mercado externo, com sede em Belo Horizonte (MG). Ocupa a segunda posição no mercado transoceânico de pelotas de minério de ferro de acordo com classificação do CRU International Ltd. Comercializa 100% de sua produção para mais de 15 países na Europa, Ásia, Norte da África, Oriente Médio e Américas. O controle acionário da empresa é dividido em partes iguais entre a anglo-australiana BHP Billiton, maior mineradora do mundo, e a Vale, empresa brasileira líder mundial na produção e exportação de minério de ferro e pelotas.
A Samarco possui duas unidades industriais, uma em Anchieta (ES) e outra na divisa dos municípios de Mariana e Ouro Preto (MG), – interligadas por dois minerodutos –, um terminal marítimo próprio e uma usina hidrelétrica, em Muniz Freire (ES), além da participação no consórcio de uma usina em Nova Era/Antônio Dias (MG). Para garantir maior eficiência no processo produtivo, e redução de custos, mantém integrados os processos da mina ao porto, que contemplam lavra, beneficiamento, transporte, pelotização e exportação.
Com escritórios de vendas em Amsterdã (Holanda), em Hong Kong (China) e em Belo Horizonte (Brasil), a empresa mantém a independência na comercialização de pelotas de minério de ferro (pellet), seu principal produto, e finos de minério concentrado (pellet feed), no mercado transoceânico.
Em 2008, a partir da entrada em operação do complexo da Terceira Pelotização, a Samarco ampliou em 54% sua capacidade produtiva, saindo de 14,1 milhões de toneladas/ano para 21,7 milhões de toneladas/ano.

PROCESSO PRODUTIVO

A produção integrada da Samarco começa na unidade de Germano, em Mariana (MG), em uma mina a céu aberto – o Complexo Mina de Alegria –, com recursos minerais de 2,6 bilhões de toneladas de minério de ferro. Depois de extraído, o minério é conduzido para o beneficiamento, onde é concentrado e as especificações químicas e físicas necessárias são obtidas. Em seguida, o minério é bombeado e transportado via mineroduto até a unidade de Ponta Ubu, na cidade de Anchieta (ES), onde é transformado em pelotas. No porto, as pelotas são embarcadas em navios que seguem para os clientes em todo o mundo.

Mineração

A Samarco explora minério itabirítico (com baixo teor de ferro, aproximadamente 45%) das frentes de lavra do Complexo de Alegria. A extração é realizada por meio de equipamentos móveis (tratores e carregadeiras) e transportada por caminhões e correias de bancada, alimentando o sistema de correias de longa distância.

Beneficiamento

No beneficiamento o minério de ferro é concentrado. O processo retira as impurezas do minério (principalmente sílica) e ajusta as características físicas para o transporte via mineroduto e para a produção de pelotas. O beneficiamento da unidade de Germano tem capacidade para produzir 24 milhões de toneladas de minério concentrado por ano e, em 2008, essa produção foi de 18,432 milhões de toneladas.

Minerodutos

Os dois minerodutos da Samarco são, atualmente, os maiores do mundo para o transporte de minério de ferro (com 396 Km e 398 km de extensão) e interligam suas unidades industriais localizadas nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, região sudeste do Brasil. Os sistemas são compostos por duas estações de bombeamento da polpa, localizadas em Germano, duas estações intermediárias em Matipó (MG) e por estações de válvulas para controle de pressão e velocidade, localizadas nas cidades de Guaçuí e Alegre (ES). O processo de transporte de minério por estes dutos é considerado seguro do ponto de vista ambiental e de baixo custo, contribuindo para aumentar a competitividade da empresa. Em 2008, foram transportadas pelas tubulações 18,4 milhões de toneladas de polpa de minério de ferro, frente a 16,4 milhões de toneladas em 2007, o que representa um crescimento de 12,20%.

Pelotização

Com entrada em operação da terceira planta de pelotização, na unidade de Ponta Ubu, em 2008, o volume total produzido em 2008 foi de 17,144 milhões de toneladas de pelotas de minério de ferro, e 14,261 milhões em 2007, um aumento de 20,2%. Nas usinas, a polpa de concentrado de minério de ferro é filtrada e a água recuperada é reutilizada no processo produtivo. O concentrado resultante, com maior teor de sólidos, é transformado em pelotas de ferro, com tamanho padrão entre 8 e 18 milímetros, estocadas em três pátios, onde há empilhadeiras, uma empilhadeira / recuperadora e uma retomadora, equipamentos responsáveis pela alimentação do sistema de transportes que conduz o produto até o carregador de navios.

Porto

O porto possui um píer com 313 metros de comprimento e dois berços de atracação, capazes de receber embarcações de até 308 metros de comprimento e capacidade de até 200 mil toneladas. Sua capacidade de embarque foi ampliada de 20 milhões de toneladas, em 2007, para 24 milhões de toneladas em 2008.
Construído para escoar a produção da Samarco até os clientes, o porto é certificado nas normas ISO 9001:2000, ISO 14001, ISO 27001 e OHSAS 18001 e possui, também, Certificação Internacional de Segurança (ISPS Code), em atendimento a determinação da Organização Marítima Internacional (IMO) que visa à prevenção do terrorismo e do transporte ilegal de drogas e armas.
O terminal, integrante da rede de monitoramento meteorológico e oceanográfico da costa brasileira, conta com estações meteorológica, maregráfica e oceanográfica que oferecem dados precisos e atualizados sobre o movimento das marés, a velocidade e direção dos ventos, a temperatura, a umidade relativa do ar e as chuvas, conferindo ainda mais segurança à programação e às manobras de navios.

Hidrelétricas

A Samarco possui geração de energia em duas usinas hidrelétricas, instaladas no município de Muniz Freire, no Espírito Santo, e a Guilman-Amorim, em Nova Era/Antônio Dias, em Minas Gerais, esta última administrada pelo consórcio com a ArcelorMittal Aços Longos. Ambas possuem certificação ambiental ISO 14001.
Em 2008, a Samarco consumiu 1,543,483 MWh de energia, contra 1,305,343 MWh em 2007. As hidrelétricas juntas forneceram 371.525 MWh, que corresponderam, em 2008, a 24% do consumo da Samarco. O restante da energia foi adquirido por meio de contratos de longo prazo com geradoras de energia por fontes renováveis.

VISÃO

"Ser a empresa de mineração líder em pelotização e reconhecida como uma organização de classe mundial."

MISSÃO

"Somos uma empresa brasileira, fornecedora de minério de ferro de alta qualidade para a indústria siderúrgica mundial. Buscamos contribuir para melhorar as condições de vida e bem estar das pessoas e para o desenvolvimento social, econômico e ambiental, por meio da utilização responsável dos recursos naturais e da construção de relacionamentos duradouros baseados na geração de valor."

VALORES

"Nossas ações são orientadas por princípios de justiça, valorização da vida, bem-estar coletivo, respeito às pessoas, comprometimento e superação na entrega de resultados.

Estabelecemos relações claras e duradouras, fundamentadas na ética e orientadas para a geração de valor a todas as partes de interesse.

A criatividade, associada a uma contínua busca pelo desenvolvimento tecnológico, proporciona a oferta de qualidade e confiabilidade em produtos e serviços e são atributos necessários a nossa perenidade."

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A tomada de decisões da Samarco está pautada, cada vez mais, nos desafios do desenvolvimento sustentável, seguindo os princípios determinados em sua Missão, Visão e Valores e em sua Política Integrada de Gestão. Esses documentos, definidos pela diretoria e aprovados pelos acionistas, estabelecem o compromisso de toda a empresa em relação à sua gestão econômica, social e ambiental, por meio de práticas auditadas periodicamente pelos acionistas.
A mais alta instância de decisão da empresa é o Conselho de Administração, formado por representantes da BHPBilliton e da Vale, empresas que dividem igualmente o controle acionário da Samarco. O Conselho é composto por quatro membros efetivos – e igual número de suplentes –, com mandato de três anos, sendo permitida a reeleição. Anualmente, os membros nomeiam o seu presidente e vice-presidente, de forma a permitir que os representantes de cada acionista se revezem nesses cargos.
É de responsabilidade do Conselho de Administração determinar a orientação geral dos negócios da empresa e aprovar o orçamento anual, projetos de expansão e outras decisões estratégicas. Para tanto, contam com o suporte de três comitês de assessoramento: Financeiro, Técnico e de Negócios. Também estão entre as suas atribuições a eleição e destituição de diretores e auditores independentes, assim como a fiscalização da gestão dos diretores e convocação de assembléia geral.
Em 2008, dado o vigor e crescimento atingidos pela empresa, foi criada a Diretoria Financeira buscando reforçar e estreitar as práticas de governança junto aos acionistas e fortalecer o relacionamento com o mercado financeiro.

SISTEMAS DE GESTÃO

A estratégia de negócio da Samarco está pautada na Política Integrada de Gestão, que constitui um compromisso de toda equipe com foco nos Objetivos e Metas de Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança, e visa atender à Missão, Visão e Valores da empresa. Para garantir maior previsibilidade à gestão, a empresa desenvolveu um plano de negócios com projeção de desempenho em diferentes cenários, a fim de orientar ações e decisões estratégicas.
O modelo de gestão busca o alinhamento aos critérios de excelência da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), assim como aos conceitos de melhores práticas do Balanced Scorecard (BSC).

SAÚDE E SEGURANÇA

A Taxa de Acidentes Classificados registrada pela Samarco em 2008 foi de 0,61, o melhor índice da trajetória da empresa, representando um patamar de excelência operacional em segurança. O índice mede a freqüência de acidentes caracterizados como CPT (com perda de tempo) e SPT-AR (sem perda de tempo, mas com restrição de atividade) em todas as unidades da empresa, incluindo os empregados da Samarco e todas as empresas contratadas.
Em 2007, a Taxa de Acidentes Classificados foi de 1,54. A melhora do resultado é atribuída às ações focadas na busca por excelência em todos os níveis da empresa e principalmente à incorporação do conceito de Valorização da Vida.

SUSTENTABILIDADE

A prioridade para ações focadas na promoção do desenvolvimento sustentável, com vistas à otimização dos processos e à gestão dos impactos ambientais e sociais, levou a Samarco a unificar em uma mesma diretoria, a partir de 2008, as áreas de Operações e Sustentabilidade. Como o desenvolvimento sustentável é um dos pilares da gestão estratégica da empresa, a junção das duas áreas visa favorecer o equilíbrio nas dimensões econômica, ambiental e social do negócio e a busca pela ecoeficiência.

COMUNIDADE

A intensificação do diálogo com os públicos de interesse da empresa (stakeholders) em 2008, possibilitou a concretização de novos projetos inseridos na Política de Investimento Social, implementada em junho de 2007. Os investimentos permitiram a ampliação da parceria com o poder público municipal das comunidades da área de atuação da empresa.
Ao atuar em parceria com as prefeituras para identificar as demandas da comunidade, o objetivo é contribuir com projetos específicos e pontuais, que possam suprir necessidades da população, mas principalmente agregar valor e promover o desenvolvimento local integrado sustentável. Os projetos selecionados por meio de editais públicos são apoiados pela empresa ao longo de períodos pré-definidos. Este modelo democratiza o acesso à informação e a possibilidade de participação.
A prioridade para contratação de mão-de-obra local foi um dos grandes avanços em 2008. Para as obras de construção do complexo da Terceira Pelotização foram qualificados quase 6 mil prestadores de serviços, somando os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, 90% dos quais residentes nas comunidades próximas à empresa. Outros projetos de qualificação implementados ao longo do ano tiveram como objetivo o favorecimento da empregabilidade da força de trabalho local.
A Central de Relacionamento Samarco, um meio efetivo, transparente e de melhoria contínua no diálogo da empresa com os diversos públicos, processou em 2008 um total de 6.296 manifestações, possibilitando 6.226 respostas, o que corresponde a 98,9% de demandas respondidas. Operando por meio do telefone 0800 31 23 03 ou pelo site da empresa na internet, a Central permite maior eficiência no registro, encaminhamento e solução das manifestações.

MEIO AMBIENTE

A atuação ambiental da Samarco fundamentada no uso racional dos recursos naturais e no controle dos impactos de suas atividades apresentou avanços em 2008.
Um exemplo desta atuação foi a elaboração do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, que também possibilitou a identificação de um grande projeto de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) na Samarco. Trata-se da substituição do óleo BPF pelo gás natural na queima das pelotas das Usinas I, II e III. A tecnologia de utilização do gás natural representa um ganho ambiental expressivo, tendo em vista a menor emissão de CO_2 e outros poluentes. O projeto depende agora do fornecimento do gás pela Petrobras, por meio do investimento em gasoduto e mudança nos queimadores das usinas atuais.
No total, a Samarco investiu R$ 25,742 milhões na Gestão Ambiental de suas operações em 2008, um aumento 152% em relação aos R$ 10,213 milhões de 2007. Este aumento se deve, em parte, a investimentos feitos em estruturas de contenção de rejeitos na unidade de Germano.

RISCOS DO NEGÓCIO

Considerada um dos fatores críticos de sucesso ao atendimento dos objetivos estratégicos da Samarco, a Gestão de Riscos é feita por meio da identificação e avaliação dos riscos estratégicos e operacionais e, ainda, dos riscos referentes aos controles dos relatórios financeiros, estes apurados com base nos conceitos da Lei Sarbanes-Oxley.

PRODUÇÃO

A produção total de pelotas atingiu 17,145 milhões, um crescimento de 20,2% em relação ao ano anterior (17,145 milhões de toneladas métricas secas em 2008, contra 14,261 milhões em 2007).
Apesar de positivo, o resultado ficou aquém do projetado para o exercício, já que a expectativa de trabalhar a plena capacidade durante todo o ano foi comprometida em consequência da crise econômica que abalou a economia mundial e provocou retração na demanda de aço. Nos meses de novembro e dezembro, para se adequar a uma nova realidade do mercado, a empresa tomou a decisão de paralisar duas das três usinas de pelotização, em Ponta Ubu, no Espírito Santo. As usinas de beneficiamento localizadas em Germano, Minas Gerais, também tiveram a produção reduzida em um terço de sua capacidade no mesmo período.

Ano	Pelotas*	Finos*	Total*
2005	13,703	1,100	14,803
2006	13,851	1,496	15,347
2007	14,261	1,721	15,982
2008	17,145	1,337	18,482

* milhões de toneladas métricas secas

VENDAS

A Samarco registrou elevação de 11,42% das vendas de pelotas de minério de ferro em 2008, principal produto da empresa, apesar dos impactos da crise sobre a indústria siderúrgica mundial, a partir do último trimestre do ano. A elevação do preço das pelotas em 87% no ano e o volume adicional de produção, possibilitado pelo novo complexo produtivo da Terceira Usina, contribuíram para o desempenho favorável, minimizando o impacto da retração do mercado nos resultados do exercício.
As vendas de pelotas e finos, no ano, totalizaram 17,308 milhões de toneladas métricas naturais, crescimento de 5,40% em relação aos 16,422 milhões de toneladas métricas naturais comercializadas em 2007.
A empresa manteve a estratégia de equilibrar a distribuição geográfica das vendas, reduzindo os riscos da concentração em mercados específicos e a consequente vulnerabilidade a crises localizadas.

Evolução das vendas por região:

Região	2008	2007	2006	2005	2004
Américas	13%	13%	9%	9%	8%
Europa	20%	21%	21%	17%	20%
Oriente Médio/Norte África	23%	25%	21%	24%	22%
China	22%	21%	28%	31%	34%
Ásia (exceto China)	22%	20%	21%	19%	16%

TERCEIRA PELOTIZAÇÃO

Com a entrada em operação do complexo da Terceira Pelotização, o ano de 2008 representou para a Samarco a mudança de patamar na capacidade produtiva nominal. O projeto, que demandou investimento de R$ 3,1 bilhões, elevou a capacidade produtiva em 54%, passando de 14,1 para 21,7 milhões de toneladas por ano. Como resultado direto, a produção no ano chegou a um volume recorde de 17,1 milhões de toneladas, superando a marca de 2007, de 14,3 milhões.
Além da terceira usina de pelotização, na unidade de Ubu, em Anchieta (ES), o projeto incluiu uma nova usina de concentração na unidade de Germano, em Mariana e Ouro Preto (MG); e um novo mineroduto, com 398 quilômetros de extensão, paralelo ao já existente. Os investimentos contemplaram ainda a ampliação dos equipamentos e instalações de infraestrutura das áreas de mineração, estocagem e embarque de produtos.
O complexo da Terceira Usina foi inaugurado em duas etapas. Em março, foram iniciadas as operações da nova usina de pelotização, em Anchieta (ES). A usina de beneficiamento em Mariana (MG) foi inaugurada em junho, três meses após o previsto no cronograma inicial. Ainda assim, a produção adicional proporcionada pelo novo complexo foi decisiva para a obtenção de resultados superiores ao do exercício anterior, minimizando os efeitos da crise econômica acirrada no último trimestre do ano.
O projeto Terceira Pelotização foi escolhido como o segundo mais importante no cenário nacional em 2008, recebendo o prêmio "Project Management Effective", concedido pela Fundação Getúlio Vargas e revista Mundo PM.

RESULTADOS FINANCEIROS

■ Destaques Financeiros (em R$ MM)

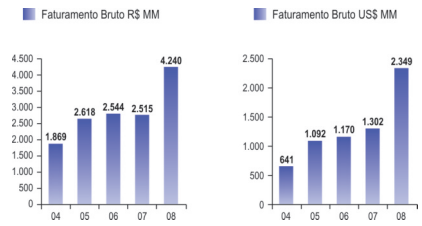
	2008	2007	2006	2005	2004
Receita Líquida	4.166	2.475	2.487	2.469	1.667
Margem Bruta (%)	62,1%	56,8%	63,5%	66,5%	54,6%
Lucro Líquido	1.263	1.042	983	1.228	630
EBITDA	2.322	1.212	1.292	1.584	862
Margem EBITDA (%)	56%	49%	52%	64%	52%
Dívida Bruta/EBITDA	1,6x	2,0x	1,3x	0,5x	0,6x

■ Destaques Financeiros (em US$ MM)

	2008	2007	2006	2005	2004
Receita Líquida	2.307	1.280	1.143	1.031	572
Margem Bruta (%)	61,5%	56,6%	63,3%	66,6%	54,6%
Lucro Líquido	902	520	442	504	206
EBITDA	1.332	613	592	655	302
Margem EBITDA (%)	58%	48%	52%	64%	53%
Dívida Bruta/EBITDA	1,2x	2,2x	1,4x	0,5x	0,7x

Faturamento Bruto

Em 2008, a Samarco teve o melhor resultado da sua história, com faturamento bruto de US$ 2.348,7 milhões, 80,4% a mais que 2007 – US$ 1.301,7 milhões. O incremento deve-se ao aumento no volume de vendas de pelotas, que alcançou 11,4% acima do último período (2008 – 16.206.315 toneladas métricas secas versus 2007 – 14.545.743 toneladas métricas secas) e o aumento de preço de pelotas, 87% superior. Destacam-se, ainda, o impacto positivo do frete, no valor de US$ 21,9 milhões, e das vendas das sobras contratuais de energia elétrica, que atingiram US$ 19,9 milhões.
Considerando os resultados em reais, a empresa encerrou o ano com faturamento de R$ 4.239,7 milhões, apresentando acréscimo de 68,6% em relação ao resultado de 2007 (R$ 2.515,1 milhões). A diferença entre as variações percentuais do faturamento em reais (68,6%) e dólar (80,4%) se deve às perdas causadas pela apreciação da moeda brasileira ao longo de 2008 (janeiro a julho – 11,6%), que proporcionaram menor faturamento bruto em moeda doméstica.



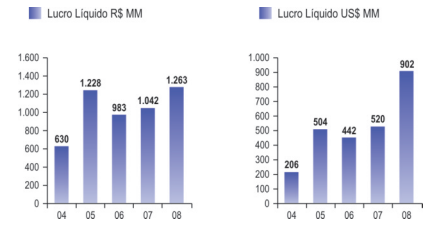
Os resultados poderiam ser ainda melhores, mas o setor siderúrgico sofreu impacto com o desaquecimento da atividade econômica e a crise econômica mundial, principalmente pela retração do setor automotivo em todo mundo e dos preços no mercado internacional.
A produção global de aço em 2008, apesar de ter mantido até agosto volumes mensais de produção superiores a 2007, declinou a partir de setembro e fechou o ano de 2008 com desempenho 1,2% inferior ao exercício anterior, segundo dados da World Steel Association[1].
Apesar do desaquecimento, as vendas totais da Samarco em 2008 ultrapassaram o volume total vendido no último ano em 3,7% (2008 – 16.866.895 tms versus 2007 – 16.273.562 tms). Entretanto, em virtude da redução na demanda de minério de ferro nos últimos meses de 2008, o volume de estoques alcançou 1,2 milhão de toneladas de produtos acabados, enquanto o ano de 2007 encerrou com 314 mil toneladas.

[1] http://worldSteel.org – World crude steel production decreases by 1,2% in 2008 22 Jan 2009

Margem bruta
Em 2008, a margem bruta apresentou acréscimo de 9,3% no período (2008 – 62,1% versus 2007 – 56,8%) suportado pelo aumento do faturamento bruto em reais (68,6%) e pelos esforços operacionais, a fim de reduzir o impacto negativo do aumento dos preços dos principais insumos e materiais ocorridos, principalmente, até setembro de 2008, e para melhorar a estabilidade no processo de pelotização e qualidade do concentrado bombeado de Germano.
Apesar disso, o aumento dos desembolsos oriundos das aquisições de minério de terceiros, adicionado ao aumento do preço do óleo combustível (40%), carvão (23%) e outros insumos industriais, devido ao mercado altamente demandado observado até setembro, mitigaram alguns ganhos.
Algumas restrições operacionais ocorridas no ano contribuíram para uma elevação de 59,9% no custo dos produtos vendidos (2008 – US$ 888,2 milhões versus 2007 – US$ 555,6 milhões), como menor produtividade e disponibilidade das plantas de pelotização e do mineroduto devido a manutenções corretivas não previstas.
Vale ressaltar que parte dos ganhos na margem bruta foram absorvidos pelo custo com mão de obra de US$ 23,7 milhões (2008 – US$ 78,1 milhões versus 2007 – US$ 54,4 milhões) necessário ao suporte das operações da terceira planta de pelotização.
Não obstante à apreciação do dólar frente ao real no ano (32,0%), cabe ressaltar que a depreciação do dólar, entre os meses de janeiro e julho de 2008, impactou negativamente os custos em dólares, reduzindo o aumento da margem bruta na moeda americana para 8,7% (2008 – 61,5% versus 2007 – 56,6%).

Mão de obra
Incluídos os valores fixos e variáveis da política salarial da empresa, os gastos com pessoal totalizaram R$ 140,698 milhões no ano. Os valores fixos englobam salários e honorários, obrigações trabalhistas, indenizações e benefícios sociais; os variáveis prevêm a distribuição da participação nos lucros e resultados (PLR) vinculados às metas propostas em conjunto por comissão de empregados e a área de Relações do Trabalho.

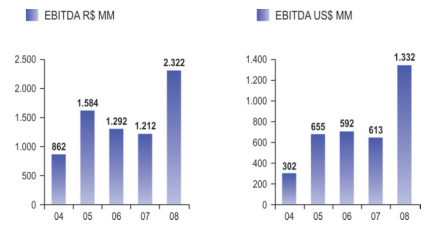
Lucro Líquido
O excelente resultado da empresa, quando avaliado o aumento do lucro líquido de 73,6% em relação ao resultado de 2007 em moeda estrangeira (2008 - US$ 902,1 milhões versus 2007 – US$ 519,6 milhões) deve-se, principalmente, ao aumento na receita líquida de US$ 1.027 milhões. Em reais, em decorrência da variação cambial no período, o efeito foi de 21,3% (2008 – R$ 1.263,5 milhões versus 2007 – R$ 1.042,1 milhões).
Associado à variação positiva da margem bruta do período, diversos fatores favoreceram o resultado final do lucro líquido: impacto de translation[2] sobre as contas de provisões (US$ 68,4 milhões), como perdas sobre créditos de ICMS, contingências, obrigações legais, e participações nos lucros, adicionados a uma redução do montante total registrado como contingências de R$ 32,2 milhões (US$ 16,0 milhões) e obrigações legais de R$ 24,7 milhões (US$ 7,6 milhões) decorrentes de um menor volume de novos processos judiciais provisionados em 2008.
Determinados fatores contribuíram para a redução de alguns ganhos no lucro final do ano, tais como: ganhos obtidos com operações de hedge[3] em 2007, da ordem de R$ 175,4 milhões (US$ 93,4 milhões), contra R$ 7,7 milhões (US$ 6,2 milhões) em 2008, e as maiores despesas financeiras de R$ 76,8 milhões (US$ 33,1 milhões) devido à apropriação, a partir de março, dos juros sobre a captação de US$ 800,0 milhões relacionados ao início das operações do Projeto Terceira Pelotização e do maior saldo médio de endividamento de curto prazo US$ 192,1 milhões (2008 – US$ 783,2 milhões versus 2007 – US$ 591,1 milhões).
Vale ainda destacar o efeito negativo da variação cambial no resultado em 2008 de R$ 273,0 milhões causado pela apreciação do dólar frente ao real no ano (32,0%) versus um efeito positivo em 2007 de R$ 152,1 milhões quando o dólar depreciou (18,4%).



[2] Refere-se ao efeito em função do processo de conversão das demonstrações financeiras da Samarco da sua moeda funcional (Dólares norte-americanos) e a moeda de apresentação (Reais), o qual é denominado variação cambial dos itens monetários.
[3] A Samarco contratou operações de derivativos através de contratos na modalidade NDF (Non Deliverable Forward) para proteção contra oscilações da taxa de câmbio em seus fluxos de caixa futuros denominados em dólares norte americanos. Estas operações foram finalizadas em 31 de agosto de 2008.

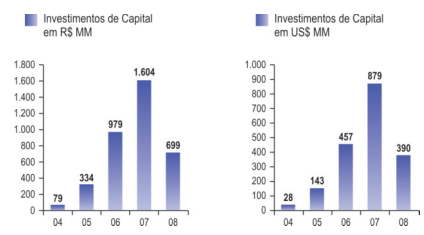
EBITDA

Assim como o Lucro Líquido, o resultado do EBITDA em moeda doméstica foi o melhor da história da Samarco, sendo superior aos valores de 2007 em 91,6% e atingindo R$ 2.322 milhões (US$ 1.332 milhões) versus R$ 1.212 milhões (US$ 613 milhões) no período anterior. A variação positiva deve-se ao aumento do faturamento bruto de 68,6%, acima do apurado no exercício anterior, e o consequente impacto positivo na margem bruta.
Por outro lado, o maior custo caixa de produção suportado pela forte pressão de preço de alguns insumos, bem como maiores desembolsos na linha de serviços contratados, causados por mudança de escopo e reajustes contratuais e materiais relacionados, principalmente, a reajustes de preço do aço, contrabalanceou alguns ganhos.
O resultado do EBITDA em moeda estrangeira ficou acima do valor de 2007 em 117,3%.



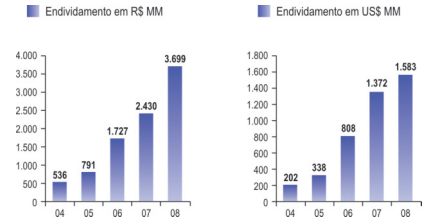
Investimentos
O desembolso com investimentos totalizou R$ 699,3 milhões (US$ 389,6 milhões), apresentando uma redução de 56,4% em relação ao fechamento de 2007 de R$ 1.603,9 milhão (US$ 878,6 milhões). Essa variação foi devido à redução dos desembolsos do Projeto Terceira Pelotização[4], que ainda manteve elevada sua representatividade nos gastos totais. Cabe ressaltar, que os gastos com o Projeto Terceira Pelotização encerraram-se em dezembro de 2008.
O efetivo funcionamento das instalações industriais do Projeto Terceira Pelotização ocorreu em meados de março de 2008 para a planta de pelotização em Ubu e início de junho de 2008 para o mineroduto e a concentração em Germano. A entrada em operação das novas instalações, que já atingiram sua capacidade nominal, foi realizada em conjunto com as equipes da área de Operação. Os desembolsos realizados até dezembro são justificados pela necessidade da finalização de contratos de obras civis, montagem, supervisão das montagens e comissionamento, além de alguns valores de aditivos e pleitos contratuais das obras civis.
Destaca-se, também, os investimentos com o objetivo de suportar as operações da empresa através de melhorias operacionais e reposição de equipamentos das unidades industriais, que apresentaram um crescimento de 15,8%, o equivalente a R$ 12,8 milhões (US$ 2,9 milhões) em relação ao exercício anterior. Abaixo alguns dos principais desembolsos do ano de 2008:

- Implantação de extravasores, novas tubulações e alteamentos nos sistemas de barragens (R$ 8,8 milhões / US$ 5,0 milhões);
- Refratários do forno (R$ 5,2 milhões / US$ 2,7 milhões), que compreende a substituição do revestimento dos fornos de pelotização;
- Pilha de João Manoel (R$ 4,0 milhões / US$ 1,7 milhão), cujo objetivo é ampliar a área de disposição da pilha estéril de João Manoel existente, para atender à Terceira Pelotização;
- Pilha do Fazendão (R$ 4,9 milhões / US$ 2,1 milhões), que visa a construção de silos, alimentadores rotativos e correias para alimentação do minério Fazendão adquirido pela Vale e;
- Alteamento da Barragem de Santarém (R$ 3,1 milhões / US$ 1,4 milhão), para permitir o volume de água que sustente o abastecimento da Usina 1.



[4] O projeto compreendeu a construção de uma nova Usina de Concentração para produção de 7,5 mtpa em Germano, um novo Mineroduto também com capacidade de 7,5 mtpa e uma planta de pelotização, na Unidade de Ponta Ubu, que aumentou em 7,6 mtpa a capacidade produtiva.

Endividamento
O endividamento bruto encerrou 2008 totalizando US$ 1,6 bilhão (R$ 3,7 bilhões), equivalente a um incremento, em dólar, de 14,3% (US$ 211,1 milhões) em relação ao obtido em 2007 de US$ 1,4 bilhão (R$ 2,4 bilhões). Esse aumento é justificado por um acréscimo na necessidade de capital de giro da empresa aliado a uma decisão estratégica de se criar um caixa de segurança de US$ 179,5 milhões ao fim de 2008 para reduzir a exposição ao risco após a crise originada no mercado imobiliário americano no último trimestre de 2008. Em reais, a dívida aumentou 52,2% devido ao impacto da apreciação do dólar frente à moeda doméstica de 32,0%.
Apesar do aumento do endividamento, o excelente desempenho financeiro da Samarco em 2008 permitiu a redução do indicador de cobertura de dívida da empresa, medido pela dívida total dividida pelo EBITDA, de 2,2x em 2007 para 1,2x em 2008.
O perfil de endividamento ao fim de 2008 divide-se em 49% no curto prazo, constituído, principalmente, por contratos de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) para financiar a produção e 51% em financiamentos de longo prazo, para investimentos de capital no total de US$800 milhões através da modalidade de Pagamento Antecipado de Exportações.
É importante ressaltar que, com a aprovação em outubro de 2005 do Projeto Terceira Pelotização, cujo investimento orçado em US$ 1,2 bilhão (R$ 3,1 bilhões) contou com cerca de 70% de participação de capital de terceiros (US$ 800 milhões) e 30% financiados com capital próprio, a Samarco alterou seu perfil de endividamento aumentando a participação de capital de terceiros e alongando, consequentemente, o prazo médio da sua dívida para 5,62 anos.
A operação de Pagamento Antecipado de Exportações, tendo como garantia recebíveis de exportação e amortizações entre 2010 e 2013 com fundos que serão originados da própria operação da expansão, foi totalmente desembolsada durante os anos de 2006 (US$ 500 milhões) e 2007 (US$ 300 milhões), cumprindo o fluxo de caixa previsto para o projeto.
Destaca-se ainda que, em função da crise estabelecida no mercado mundial, a empresa adotou a estratégia de reduzir alavancagem a partir do último trimestre de 2008 para evitar maiores desembolsos com despesas financeiras, junto com redução do pagamento de dividendos e criação de um caixa de segurança. Apesar disso, o pagamento de dividendos em 2008 ultrapassou em 100% o valor pago em 2007 (2008 – US$ 600,0 milhões versus 2007 – US$ 300,0 milhões), tornando-se o maior montante pago pela Samarco.



■ **Endividamento**

	2008	2007	2006	2005	2004
Dívida Bruta (US$ MM)	1.583	1.372	808	338	202
Dívida Líquida (US$ MM)	1.404	1.320	804	332	194

Retorno sobre o Capital Empregado (ROCE)

Apesar da entrada em operação do Projeto Terceira Pelotização e à imobilização deste ativo, que aumentou a base de capital empregado em R$ 2.154,6 milhões, associado ao aumento das linhas de contas a receber em R$ 260,2 milhões e estoques em R$ 236,6 milhões, em comparação ao ano de 2007, o excelente resultado de faturamento e a mudança do patamar de produção e vendas proporcionaram o melhor resultado operacional na história da empresa, conforme observações feitas no faturamento e pelos demais impactos explorados na margem bruta e lucro líquido.
O retorno sobre o capital empregado em dólares foi de 41,8% em 2008, superior ao desempenho observado em 2007 de 23,0%. A mesma variação é observada em moeda doméstica, sendo 31,2% em 2008 versus 26,1% em 2007.

INFORMAÇÕES NÃO EXAMINADAS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

O Relatório da Administração inclui informações financeiras relacionadas a investimentos projetados, EBITDA, Retorno sobre o Capital Empregado, bem como dados operacionais relativos a consumo de energia, número de funcionários e contratados e volumes de produção e reservas minerais as quais não foram examinadas pelos nossos atuais auditores independentes.
Adicionalmente, os dados financeiros-contábeis de 2004 a 2006 foram examinados por outros auditores independentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reversão do cenário econômico no último trimestre de 2008, que afetou diretamente o desempenho da indústria siderúrgica mundial, teve impactos diretos no ritmo de produção da Samarco, especialmente nos dois últimos meses do ano.
Com 1924 empregados diretos, 1900 empregados contratados permanentes e 437 eventuais, em dezembro de 2008 a empresa tomou a decisão de paralisar a produção de duas usinas de pelotização e concedeu férias coletivas a 60% do seu quadro de empregados diretos. Ainda assim, o desempenho alcançado representa uma marca histórica, resultado que é creditado ao volume adicional de produção do complexo da Terceira Pelotização e à elevação do preço do minério de ferro no mercado internacional.
A inauguração do complexo da Terceira Pelotização, totalmente operacional a partir de junho, representou ainda a mudança de patamar empresarial da Samarco, com ampliação em 54% da capacidade produtiva nominal. A esse avanço, somam-se outros projetos consolidados durante o ano com vistas à excelência empresarial, como, a incorporação das áreas de Operações e Sustentabilidade em uma mesma diretoria, norteando ações de desenvolvimento sustentável associadas à eficiência operacional, e também, a criação da Diretoria Financeira para reforçar e estreitar as práticas de governança e fortalecer o relacionamento como o mercado financeiro.
Para fazer frente às incertezas do cenário de longo prazo, a Samarco adotou como estratégia o planejamento de curto prazo e controle focado na redução de custos de produção, especialmente insumos. O controle sistemático de custos é considerado um dos diferenciais competitivos da Samarco o que, associado a outras políticas como diversificação do mercado e relacionamento de parceria e flexibilidade junto aos clientes, lhe confere situação favorável para atravessar um período atípico de retração da demanda.
Em 2009, os investimentos em meio ambiente, saúde e segurança ganham prioridade, enquanto os projetos de otimização da produção serão postergados até que se possa projetar uma mudança favorável nas condições atuais do mercado. No entanto, os estudos de pré-viabilidade para a próxima expansão, incluindo novas usinas de beneficiamento e pelotização, mineroduto e expansão do porto, continuam.
Todas essas decisões vão representar novos avanços em competitividade para a empresa, que está pronta para retomar, a qualquer momento, o atendimento às demandas renovadas de seus clientes em todo o mundo.

AGRADECIMENTO

A Samarco agradece aos acionistas pela confiança e a todos os parceiros pela imensa contribuição, ressaltando os sentimentos de orgulho e otimismo respaldados na trajetória de credibilidade construída pela empresa junto aos seus clientes, empregados, fornecedores, poder público e sociedade.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO 2008 E 2007
(Em milhares de Reais - R$)

Ativo	Nota	Consolidado 2008 (Ajustado)	Consolidado 2007 (Ajustado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	376.267	51.623
Aplicações financeiras	4	42.974	40.545
Contas a receber	5	604.090	343.926
Estoques	6	349.185	112.510
Tributos a recuperar	7	156.408	134.717
Imposto de renda diferido	17a	24.352	14.188
Despesas antecipadas		991	2.102
Outros ativos	8	7.130	37.677
		1.561.397	737.288
Não circulante			
Realizável a longo prazo:			
Depósitos judiciais		950	12.854
Tributos a recuperar	7	222.902	225.941
Imposto de renda diferido	17a	117.552	75.469
Outros ativos	8	18.074	16.347
		359.478	330.611
Imobilizado	9	4.919.996	3.287.921
Intangível	10	37.438	23.717
		5.316.912	3.642.249
		6.878.309	4.379.537

Passivo	Nota	Consolidado 2008 (Ajustado)	Consolidado 2007 (Ajustado)
Circulante			
Fornecedores:			
Mercado interno		100.227	117.723
Mercado externo		4.294	3.262
Adiantamento sobre contratos de câmbio	1	1.763.831	961.422
Empréstimos e financiamentos	12	-	1.593
Encargos financeiros a pagar		66.070	50.554
Salários, provisões e contribuições sociais		43.321	38.854
Tributos a recolher		11.072	12.538
Provisão para imposto de renda		16.930	23.100
Dividendos	5	852.274	475.528
Imposto de renda diferido	17a	7.683	-
Outros passivos	14	91.417	65.063
		2.957.119	1.749.637
Não circulante			
Exigível a longo prazo:			
Empréstimos e financiamentos	2	1.868.960	1.416.400
Provisão para contingências e obrigações legais	13	213.177	217.401
Imposto de renda diferido	17a	242.377	25.119
Outros passivos	14	41.346	40.907
		2.365.860	1.699.827
Patrimônio líquido	15		
Capital social		297.025	297.025
Reservas de capital		2.476	2.476
Reservas de lucros		294.549	76.903
Ajustes de avaliação patrimonial		961.280	107.093
Lucros acumulados		-	446.576
		1.555.330	930.073
		6.878.309	4.379.537

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 (Em milhares de Reais - R$)

	Nota	Capital social	Reservas de capital: Correção monetária especial do imobilizado	Reservas de capital: Ágio na subscrição de ações	Reservas de capital: Reserva de incentivos fiscais	Reservas de lucros: Reserva de exaustão incentivada	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2006											
Originalmente reportados		297.025	785	1.681	10	1.517	59.404	93.393	-	462.614	916.429
Ajustes decorrentes da Lei 11.638/07, CPC 02 e MP 449/08	2.1	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.303)	(3.303)
Saldos de abertura em 1 de janeiro de 2007 - ajustados		297.025	785	1.681	10	1.517	59.404	93.393	-	459.311	913.126
Reversão da reserva de retenção de lucros	15	-	-	-	-	-	-	(77.411)	-	77.411	-
Distribuição de dividendos sobre lucros acumulados (R$17,82 por ação ordinária e R$19,60 por ação preferencial)	15	-	-	-	-	-	-	-	-	(93.418)	(93.418)
Lucro líquido do exercício:		-	-	-	-	-	-	-	-		-
Originalmente reportado		-	-	-	-	-	-	-	-	961.069	961.069
Efeito decorrentes da Lei 11.638/07 e Lei 11.491/09, CPC 02:											
Alteração da moeda funcional	2.1	-	-	-	-	-	-	-	-	77.806	77.806
Outros efeitos		-	-	-	-	-	-	-	-	3.272	3.272
		-	-	-	-	-	-	-	-	81.078	81.078
Ajustado		-	-	-	-	-	-	-	-	1.042.147	1.042.147
Destinação do lucro líquido:											
Distribuição de dividendos (R$92,60 por ação ordinária e R$101,86 por ação preferencial)	15	-	-	-	-	-	-	-	-	(485.541)	(485.541)
Proposição de dividendos (R$90,69 por ação ordinária e R$99,76 por ação preferencial)	15	-	-	-	-	-	-	-	-	(475.528)	(475.528)
Ajustes acumulados de conversão	15	-	-	-	-	-	-	-	107.093	(77.806)	29.287
Saldos em 31 de dezembro de 2007 - ajustados		297.025	785	1.681	10	1.517	59.404	15.982	107.093	446.576	930.073
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	1.263.487	1.263.487
Destinação do lucro Líquido:											
Distribuição de dividendos (R$117,56 por ação ordinária e R$ 129,31 por ação preferencial)	15	-	-	-	-	-	-	-	-	(616.380)	(616.380)
Proposição de dividendos (R$ 123,42 por ação ordinária e R$ 135,76 por ação preferencial)	15	-	-	-	-	-	-	-	-	(647.107)	(647.107)
Proposição de dividendos sobre lucros acumulados (R$ 39,13 por ação ordinária e R$ 43,04 por ação preferencial)	15	-	-	-	-	-	-	-	-	(205.167)	(205.167)
Reclassificação de reserva de retenção de lucros	15	-	-	-	-	-	-	217.646	-	(217.646)	-
Imposto de renda diferido		-	-	-	-	-	-	-	-	(23.763)	(23.763)
Ajustes acumulados de conversão	15	-	-	-	-	-	-	-	854.187	-	854.187
Saldos em 31 de dezembro de 2008 - ajustados		297.025	785	1.681	10	1.517	59.404	233.628	961.280	-	1.555.330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 (Em milhares de Reais - R$)

	Consolidado 2008 (Ajustado)	Consolidado 2007 (Ajustado)
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	4.239.728	2.515.121
Outras receitas	3.704	3.328
Receitas relativas à construção de ativos próprios	584.613	1.390.357
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(187)	(364)
	4.827.858	3.908.442
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(2.052.124)	(2.582.138)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(678.408)	(413.561)
(Perda) recuperação de valores ativos	6.317	(8.233)
	(2.724.215)	(3.003.932)
Valor adicionado bruto	2.103.643	904.510
Depreciação e amortização	(129.387)	(62.607)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.974.256	841.903
Valor adicionado recebido em transferência:		
Resultado de equivalência patrimonial	-	19.555
Receitas financeiras	23.346	163.859
	23.346	183.414
Valor adicionado total a distribuir	1.997.602	1.025.317
Distribuição do valor adicionado	1.997.602	1.025.317
Pessoal		
Remuneração direta	103.693	80.262
Benefícios	32.543	24.002
F.G.T.S	7.952	6.006
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	151.467	9.017
Estaduais	14.282	(58.458)
Municipais	10.312	10.407
Remuneração de capital de terceiros		
Juros (empréstimos, financiamentos e outros)	413.866	(88.066)
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	1.263.487	964.341
Outros	-	77.806

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de Reais -R$, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	Consolidado 2008 (Ajustado)	Consolidado 2007 (Ajustado)
Receita bruta de vendas		4.239.728	2.515.121
Deduções da receita bruta		(73.503)	(39.920)
Receita operacional líquida		4.166.225	2.475.201
Custo dos produtos vendidos		(1.580.278)	(1.068.675)
Lucro bruto		2.585.947	1.406.526
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas		(94.142)	(61.421)
Gerais e administrativas		(30.890)	(22.136)
Outras despesas operacionais, líquidas	16	(342.808)	(293.623)
Resultado de equivalência patrimonial	1	-	19.555
Lucro operacional antes do resultado financeiro		2.118.107	1.048.901
Resultado financeiro	23		
Receitas financeiras		23.346	163.859
Despesas financeiras		(140.873)	(64.022)
Variações cambiais, líquidas		(272.993)	152.088
Lucro operacional		1.727.587	1.300.826
Imposto de renda			
Corrente		(277.302)	(269.291)
Diferido		(186.798)	10.612
	17b	(464.100)	(258.679)
Lucro líquido do exercício		1.263.487	1.042.147
Lucro líquido por lote de mil ações ao final do exercício - R$		240,97	198,76
Quantidade de ações ao final do exercício		5.243.306	5.243.306

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de Reais)

	Consolidado 2008 (Ajustado)	Consolidado 2007 (Ajustado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda	1.727.587	1.300.826
Ajustes para reconciliar o lucro líquido antes do imposto de renda com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	129.387	62.607
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	187	364
Provisão (reversão) para obsolescência dos estoques	111	(920)
Provisão para realização dos impostos a recuperar	101.091	76.895
Reversão de provisão para realização de outros ativos	(5.629)	(832)
Constituição de provisão para contingências	41.989	56.034
Provisão para outros passivos	14.096	28.234
Resultado na venda de ativo imobilizado e intangível	457	7.793
Perda de ativo imobilizado e intangível	28.598	-
Encargos (rendimentos) financeiros e variação cambial ativas e passivas	857.054	(363.213)
	2.894.928	1.167.788
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Aplicações financeiras	(2.429)	(11.334)
Contas a receber de clientes	(260.573)	5.967
Estoques	(188.144)	28.691
Tributos a recuperar	(360.113)	(295.962)
Depósitos judiciais	11.904	1.559
Despesas antecipadas	1.111	444
Outros ativos	(20.156)	9.453
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(18.006)	10.831
Impostos a recolher	7.702	(754)
Salários, provisões e encargos sociais	4.467	1.497
Imposto de renda pago	(283.472)	(267.182)
Outros passivos	(5.976)	6.227
Efeito de conversão	-	(77.806)
Outros ajustes de conversão	3.439	2.178
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**1.784.682**	**581.597**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Incorporação da Guilman Amorim	-	37.968
Aquisição de imobilizado e intangível	(595.941)	(1.162.527)
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível	205	72
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(595.736)**	**(1.124.487)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos - terceiros	1.350.375	1.815.152
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(1.124.228)	(744.273)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(1.091.908)	(578.959)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(865.761)	491.920
Efeito de variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	1.459	(3.704)
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**324.644**	**(54.674)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	51.623	106.297
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	376.267	51.623
	324.644	**(54.674)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional e refazimento e republicação das demonstrações financeiras

1.1. Contexto operacional

A Samarco Mineração S.A. ("Samarco" e/ou "Companhia"), de capital fechado, que opera um empreendimento integrado que compreende a lavra e a concentração de minério de ferro de baixo teor (Germano/Alegria, Mariana, MG), bem como a movimentação por mineroduto, pelotização e exportação por terminal marítimo (Ponta Ubu, Anchieta, ES). A produção é comercializada, substancialmente, no mercado externo.

Os recursos, geológicos de minério de ferro aproveitáveis por meio da tecnologia de processo atualmente utilizada, cuja lavra era de concessão da Vale, foram cedidos à Companhia e são estimados em cerca de 3,3 bilhões de toneladas[1]. A produção de concentrado do exercício de 2008 foi de 18,4 milhões de toneladas métricas secas (2007 - 16,4 milhões de toneladas métricas secas[1]).

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, as participações societárias e suas respectivas áreas de atuação são:

• Samarco Iron Ore Europe B.V. (participação direta de 100%) - representação comercial no exterior.

• Samarco Asia Ltd. (participação indireta de 100%) - representação comercial no exterior.

• Samarco Finance Ltd. (participação direta de 100%) - revenda de minério de ferro adquirido da Companhia para clientes designados e captação de recursos financeiros no mercado internacional para posterior repasse à Companhia.

Em 19 de dezembro de 2007, houve cisão total e incorporação da coligada Usina Hidrelétrica Guilman-Amorim S.A. (UHGASA).

[1] Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Os acionistas da Companhia aprovaram em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2007, a cisão total da coligada UHGASA e a sua respectiva incorporação na proporção da participação da Companhia na UHGASA.

A referida operação teve por objetivo o cumprimento da Resolução Autorizativa emitida pela ANEEL n° 694, de 27 de setembro de 2006, artigo 3º, que determinou que fossem transferidos para as Consorciadas os ativos de geração, anteriormente arrendados pela UHGASA às Consorciadas. Portanto, a UHGASA foi extinta e sucedida por suas acionistas, receptoras do respectivo acervo, em todos os direitos e obrigações, nas proporções de cada participação acionária.

A partir de 20 de dezembro de 2007, o resultado das operações da Companhia passa a incorporar a parcela correspondente às atividades operacionais anteriormente detidas e registradas diretamente na UHGASA.

Até 19 de dezembro de 2007, data da incorporação, o resultado de equivalência patrimonial proveniente do Investimento da UHGASA montou em R$19.555. Os ativos e passivos incorporados pela Samarco Mineração S.A., estão apresentados a seguir:

	Nota	19/12/2007
Ativo:		
Circulante:		
Tributos a recuperar		3.544
Total do ativo circulante		3.544
Não circulante:		
Realizável a longo prazo:		
Depósitos judiciais		4.296
Tributos a recuperar		46
Total do realizável a longo prazo		4.342
Imobilizado		56.437
Total do ativo não circulante		60.779
Total do ativo		64.323
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Adiantamento de clientes	(a.1)	2.168
Dividendos propostos	(a.2)	35.852
Total do passivo circulante		38.020
Não circulante		
Provisão para contingências e obrigações legais		5.214
Total do passivo não circulante		5.214
Patrimônio líquido	(a.3)	21.089
Total do passivo e do patrimônio líquido		64.323

(a.1) O valor referente a adiantamento de clientes foi eliminado contra adiantamento a fornecedores da Companhia quando da incorporação.

(a.2) O valor referente a dividendos propostos foi eliminado contra os dividendos a receber registrados pela Companhia quando da incorporação.

(a.3) O valor referente ao patrimônio líquido foi eliminado contra o saldo de investimento registrado pela Companhia quando da incorporação.

1.2. Reedição e republicação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, publicadas com parecer dos então Auditores Independentes datado em 08 de abril de 2009, estão sendo reapresentadas (após o seu refazimento) devido à correção de erro na avaliação anterior efetuada pela Administração da Companhia de sua moeda funcional, onde foi identificado inconsistência no processo de avaliação e aprovação da moeda funcional, passando de Real ("R$") para Dólar norte-americano ("US$"). As referidas demonstrações financeiras foram, originalmente, aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de abril de 2009, entretanto, ao longo do exercício de 2009, por recomendação do próprio Conselho continuou-se o detalhamento dos indicadores considerados na determinação da moeda funcional. Em 05 de fevereiro de 2010, a Diretoria Executiva finalizou os estudos concluindo pelo erro na avaliação inicial indicando para o Comitê Financeiro e de Estratégia e para o Conselho de Administração a mudança de sua moeda funcional. O Comitê Financeiro e de Estratégia apreciou a matéria e concordou com a alteração 27 de abril de 2010 recomendando ao Conselho de Administração a aprovação, este apreciará a alteração na Assembléia Geral Ordinária quando da aprovação das demonstrações financeiras de acordo com o previsto na legislação societária, a qual ocorrerá em 30 de abril de 2010.

Para definição da moeda funcional da Companhia a Administração observou à Lei 11.638/07 e 11.941/09 e pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), mais especificamente no CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis. Detalhe com relação a moeda funcional vide nota explicativa n° 2.2.

Adicionalmente, foi considerado que a Administração da Companhia efetua sua gestão de índices de desempenho financeiro e operacional em US$, representando, portanto, a moeda que melhor reflete o ambiente econômico no qual a Companhia está inserida e a forma como a Companhia é, de fato, administrada, sendo que a Companhia possui controles permanentes que possibilitam a manutenção dos registros em sua moeda funcional.

Considerando a lei civil no País sede da Companhia as demonstrações financeiras são apresentadas em Reais – R$, observando o conceito de moeda de apresentação conforme previsto no CPC 02.

Demonstramos a seguir os balanços patrimoniais consolidados, demonstrações consolidadas de resultados e fluxo de caixas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, originalmente publicados, os efeitos dos ajustes e os saldos reapresentados das demonstrações financeiras:

	2008		
Ativo	**Publicado**	**Ajustes**	**Ajustado**
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	419.254	(42.987)	376.267
Aplicações Financeiras	-	42.974	42.974
Contas a receber	604.106	(16)	604.090
Estoques	306.501	42.684	349.185
Tributos a recuperar	156.408	-	156.408
Imposto de renda diferido	22.935	1.417	24.352
Despesas antecipadas	859	132	991
Outros ativos	6.751	379	7.130
	1.516.814	44.583	1.561.397
Não circulante			
Realizável a longo prazo:			
Depósitos judiciais	950	-	950
Tributos a recuperar	222.902	-	222.902
Imposto de renda diferido	117.552	-	117.552
Outros ativos	18.167	(93)	18.074
	359.571	(93)	359.478
Imobilizado	3.581.091	1.338.905	4.919.996
Intangível	29.803	7.635	37.438
	3.970.465	1.346.447	5.316.912
	5.487.279	1.391.030	6.878.309

	2008		
Passivo	**Publicado**	**Ajustes**	**Ajustado**
Passivo Circulante			
Fornecedores			
Mercado interno	100.246	(19)	100.227
Mercado externo	4.284	10	4.294
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.763.831	-	1.763.831
Encargos financeiros a pagar	66.070	-	66.070
Salários, provisões e contribuições sociais	43.312	9	43.321
Tributos a recolher	11.073	(1)	11.072
Provisão para imposto de renda	16.930	-	16.930
Dividendos propostos	672.349	179.925	852.274
Imposto de renda diferido	-	7.683	7.683
Outros	91.651	(234)	91.417
	2.769.746	187.373	2.957.119
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	1.868.960	-	1.868.960
Provisão para contingências e obrigações legais	213.177	-	213.177
Imposto de renda diferido	-	242.377	242.377
Outros	41.346	-	41.346
	2.123.483	242.377	2.365.860
Patrimônio líquido			
Capital social	297.025	-	297.025
Reservas de capital	2.476	-	2.476
Reservas de lucros	294.549	-	294.549
Ajustes de avaliação patrimonial	-	961.280	961.280
	594.050	961.280	1.555.330
	5.487.279	1.391.030	6.878.309

	2008		
	Publicado	**Ajustes**	**Ajustado**
Receita bruta de vendas	4.252.650	(12.922)	4.239.728
			-
Deduções da receita bruta	(73.503)	-	(73.503)
Receita operacional líquida	4.179.147	(12.922)	4.166.225
Custo dos produtos vendidos	(1.604.563)	24.285	(1.580.278)
Lucro bruto	2.574.584	11.363	2.585.947
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas	(94.142)	-	(94.142)
Gerais e administrativas	(30.890)	-	(30.890)
Outras despesas operacionais, líquidas	(301.374)	(41.434)	(342.808)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	2.148.178	(30.071)	2.118.107
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	23.346	-	23.346
Despesas financeiras	(140.873)	-	(140.873)
Variações cambiais, líquidas	(731.422)	458.429	(272.993)
Lucro operacional	1.299.229	428.358	1.727.587
Imposto de renda			
Corrente	(277.477)	175	(277.302)
Diferido	38.047	(224.845)	(186.798)
	(239.430)	(224.670)	(464.100)
Lucro líquido do exercício	1.059.799	203.688	1.263.487

	2008		
	Publicado	**Ajustes**	**Ajustado**
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda	1.059.799	667.788	1.727.587
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	129.387	-	129.387
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	187	-	187
Provisão de obsolecência dos estoques	111	-	111
Provisão para realização dos impostos a recuperar	101.091	-	101.091
Reversão de provisão para realização de outros ativos	(5.629)	-	(5.629)
Constituição de provisão para contingências	40.501	1.488	41.989
Provisão para outros passivos	14.096	-	14.096
Resultado na venda de ativo imobilizado e intangível	457	-	457
Perda de ativo imobilizado e intangível	28.598	-	28.598
Encargos (rendimentos) financeiros e variações cambiais sobre ativos e passivos	1.110.096	(253.042)	857.054
Imposto de renda diferido	(38.047)	38.047	-
	2.440.647	454.281	2.894.928
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Aplicações financeiras	-	(2.429)	(2.429)
Contas a receber de clientes	(347.059)	86.486	(260.573)
Estoques	(189.609)	1.465	(188.144)
Depósitos judiciais	-	11.904	11.904
Tributos a recuperar	(133.629)	(226.484)	(360.113)
Outros	46.641	(66.797)	(20.156)
Despesas antecipadas	1.257	(146)	1.111
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	(20.481)	2.475	(18.006)
Impostos a recolher	(1.475)	9.177	7.702
Salários, provisões e encargos sociais	4.439	28	4.467
Imposto de renda	(6.170)	(277.302)	(283.472)
Efeito de conversão	-	-	-
Outros ajustes de conversão	-	3.439	3.439
Outros Passivos	(5.866)	(110)	(5.976)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**1.788.695**	**(4.013)**	**1.784.682**

	2008		
	Publicado	**Ajustes**	**Ajustado**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Incorporação da Guilman Amorim	-	-	-
Aquisição de imobilizado	(595.941)	-	(595.941)
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível	94	111	205
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(595.847)**	**111**	**(595.736)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos - terceiros	1.350.375	-	1.350.375
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(1.124.228)	-	(1.124.228)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(1.091.908)	-	(1.091.908)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(865.761)**	**-**	**(865.761)**
Efeito de variação cambial em caixa e equivalente de caixa	-	1.459	1.459
Aumento líquido do saldo de disponibilidades	**327.087**	**(2.443)**	**324.644**
Disponibilidades no início do exercício	92.167	(40.544)	51.623
Disponibilidades no fim do exercício	419.254	(42.987)	376.267
	327.087	(2.443)	324.644

	2007		
Ativo	**Publicado**	**Ajustes**	**Ajustado**
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	92.167	(40.544)	51.623
Aplicações Financeiras	-	40.545	40.545
Contas a receber	343.938	(12)	343.926
Estoques	118.468	(5.958)	112.510
Tributos a recuperar	134.965	(248)	134.717
Imposto de renda diferido	13.089	1.099	14.188
Despesas antecipadas	2.116	(14)	2.102
Outros ativos	37.389	288	37.677
	742.132	(4.844)	737.288
Não circulante			
Realizável a longo prazo:			
Depósitos judiciais	12.866	(12)	12.854
Tributos a recuperar	225.941	-	225.941
Imposto de renda diferido	75.216	253	75.469
Outros ativos	16.639	(292)	16.347
	330.662	(51)	330.611
Imobilizado	3.148.611	139.310	3.287.921
Intangível	24.878	(1.161)	23.717
Total do ativo não circulante	3.504.151	138.098	3.642.249
	4.246.283	133.254	4.379.537

	2007		
Passivo	**Publicado**	**Ajustes**	**Ajustado**
Passivo circulante			
Fornecedores			
Mercado interno	117.744	(21)	117.723
Mercado externo	5.201	(1.939)	3.262
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	961.422	-	961.422
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	1.593	-	1.593
Encargos financeiros a pagar	50.554	-	50.554
Salários, provisões e contribuições sociais	38.873	(19)	38.854
Tributos a recolher	12.534	4	12.538
Provisão para imposto de renda	23.100	-	23.100
Dividendos propostos	475.528	-	475.528
Outros	63.083	1.980	65.063
	1.749.632	5	1.749.637
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	1.416.400	-	1.416.400
Provisão para contingências e obrigações legais	217.341	60	217.401
Imposto de renda diferido	-	25.119	25.119
Outros	39.930	977	40.907
	1.673.671	26.156	1.699.827
Patrimônio líquido			
Capital social	297.025	-	297.025
Reservas de capital	2.476	-	2.476
Reservas de lucros	76.903	-	76.903
Ajustes de avaliação patrimonial	-	107.093	107.093
Lucros acumulados	446.576	-	446.576
	822.980	107.093	930.073
	4.246.283	133.254	4.379.537

	2007		
	Publicado	**Ajustes**	**Ajustado**
Receita bruta de vendas	2.515.121	-	2.515.121
Deduções da receita bruta	(39.920)	-	(39.920)
Receita operacional líquida	2.475.201	-	2.475.201
Custo dos produtos vendidos	(1.068.694)	19	(1.068.675)
Lucro bruto	1.406.507	19	1.406.526
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas	(61.421)	-	(61.421)
Gerais e administrativas	(22.136)	-	(22.136)
Outras despesas operacionais, líquidas	(294.581)	958	(293.623)
Resultado de equivalência patrimonial	19.555	-	19.555
Lucro operacional antes do resultado financeiro	1.047.924	977	1.048.901
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	163.859	-	163.859
Despesas financeiras	(64.022)	-	(64.022)
Variações cambiais, líquidas	51.465	100.623	152.088
Lucro operacional	1.199.226	101.600	1.300.826
Imposto de renda			
Corrente	(269.291)	-	(269.291)
Diferido	34.406	(23.794)	10.612
	(234.885)	(23.794)	(258.679)
Lucro líquido do exercício	964.341	77.806	1.042.147

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2007		
	Publicado	**Ajustes**	**Ajustado**
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	964.341	336.485	1.300.826
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	62.607	-	62.607
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	364	-	364
Reversão de obsolecência dos estoques	(920)	-	(920)
Provisão para realização dos impostos a recuperar	76.895	-	76.895
Reversão de provisão para realização de outros ativos	(832)	-	(832)
Constituição de provisão para contingências	56.034	-	56.034
Provisão para outros passivos	28.234	-	28.234
Resultado na venda de ativo imobilizado e intangível	7.793	-	7.793
Perda de ativo imobilizado e intangível	-	-	-
Encargos (rendimentos) financeiros e variações cambiais sobre ativos e passivos	(373.689)	10.476	(363.213)
Imposto de renda diferido	(34.406)	34.406	-
	786.421	381.367	1.167.788
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Aplicações financeiras	-	(11.334)	(11.334)
Contas a receber de clientes	14.537	(8.570)	5.967
Estoques	9.557	19.134	28.691
Depósitos judiciais	-	1.559	1.559
Tributos a recuperar	(269.344)	(26.618)	(295.962)
Outros	64.675	(55.222)	9.453
Despesas antecipadas	275	169	444
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	12.486	(1.655)	10.831
Impostos a recolher	4.135	(4.889)	(754)
Salários, provisões e encargos sociais	1.988	(491)	1.497
Imposto de renda	2.109	(269.291)	(267.182)
Efeito de conversão	-	(77.806)	(77.806)
Outros ajustes de conversão	-	2.178	2.178
Outros passivos	(37.513)	43.740	6.227
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	589.326	(7.729)	581.597
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Incorporação da Guilman Amorim	37.968	-	37.968
Aquisição de imobilizado	(1.162.527)	-	(1.162.527)
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível	27	45	72
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.124.532)	45	(1.124.487)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos - terceiros	1.815.152	-	1.815.152
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(744.273)	-	(744.273)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(578.959)	-	(578.959)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	491.920	-	491.920
Efeito de variação cambial em caixa e equivalente de caixa	-	(3.704)	(3.704)
Redução líquida do saldo de disponibilidades	(43.286)	(11.388)	(54.674)
Disponibilidades no início do exercício	135.453	(29.156)	106.297
Disponibilidades no fim do exercício	92.167	(40.544)	51.623
	(43.286)	(11.388)	(54.674)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em 26 de abril de 2010 e a aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia dar-se-á na Assembléia Geral Ordinária em 30 de abril de 2010.

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras e do sumário das práticas contábeis modificadas

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Em 2008, entrou em vigor a Lei 11.638/07, bem como as respectivas alterações introduzidas pela Medida Provisória 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei 11.941/09, que alteraram, revogaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil. Essa nova legislação tem, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade ("IFRS").

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 são as primeiras apresentadas com a adoção das alterações introduzidas por essa nova legislação. Em conformidade com a NBC T 19.11 - Mudanças nas Práticas Contábeis, nas Estimativas e Correção de Erros, que foi aprovada pela Resolução 1.087/06, posteriormente revogada pela Resolução 1.179/09, de 24 de julho de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, para fins de comparabilidade das demonstrações financeiras, os efeitos da adoção inicial dessa nova legislação foram refletidos nas demonstrações financeiras do período anterior apresentado. Dessa forma, a Companhia optou por preparar o seu balanço de abertura com a data de transição de 1º de janeiro de 2007.

Os principais efeitos decorrentes da adoção inicial das Leis 11.638/07 e 11.941/09, CPC 02 estão demonstrados abaixo:

	Patrimônio líquido 31/12/2006	**Lucro líquido do exercício 2007**	**Patrimônio líquido 31/12/2007**
Saldos originalmente reportados	916.429	961.069	823.011
Ajustes efetuados:			
Investimento no exterior classificados como extensão das atividades da investidora - CPC 02	(29.618)	22.011	(7.607)
Instrumentos financeiros derivativos a valor justo - CPC 14	25.590	(18.021)	7.569
Imposto de renda diferido sobre os ajustes	725	(718)	7
Saldos ajustados antes da alteração da moeda funcional	913.126	964.341	822.980
Efeitos de conversão pela adoção da moeda funcional (dólar norte-americano) CPC 02	359.257	77.806	359.257
Efeitos de conversão que não transitam no resultado do exercício	-	-	(252.164)
Total dos efeitos de conversão lançados no Patrimônio líquido	359.257	77.806	107.093
Saldos ajustados	1.272.383	1.042.147	930.073

(i) Sumário das práticas contábeis modificadas pela adoção inicial das Leis 11.638/07 e 11.941/09

Como parte do processo de harmonização com o IFRS e regulamentação das práticas contábeis alteradas a partir da edição das Leis 11.638/07 e 11.941/09, foram editados 13 pronunciamentos (CPC) e duas orientações técnicas (OCPC) pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, com aplicação obrigatória para o exercício encerrado a partir de dezembro de 2008. A seguir destacamos os pronunciamentos aplicáveis à Companhia e seus impactos nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas:

• CPC 01 - Redução no valor recuperável dos ativos:

Seu objetivo é definir procedimentos visando assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro ("impairment"), a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

A Companhia adotou o pronunciamento, avaliando os ativos para "impairment" e concluiu que não é requerido nenhum ajuste.

• CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras:

O objetivo é determinar como incluir transações em moeda estrangeira e operações no exterior nas demonstrações financeiras de uma entidade no Brasil, auxiliar na definição da moeda funcional e como converter essas demonstrações da entidade no exterior para a moeda de apresentação das demonstrações financeiras no Brasil para fins de registro da equivalência patrimonial, de consolidação integral ou proporcional.

A Companhia adotou o pronunciamento e definiu o dólar norte-americano como a sua moeda funcional e de suas controladas.

• CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa - DFC:

O objetivo é orientar na preparação e divulgação da demonstração dos fluxos de caixa – método indireto.

A Companhia adotou o pronunciamento e está divulgando o fluxo de caixa, comparativo para os exercícios de 2008 e de 2007.

• CPC 04 - Ativo intangível:

O objetivo é definir o tratamento contábil, estabelecer critérios para o reconhecimento e mensuração do valor contábil dos ativos intangíveis e definir as divulgações específicas sobre esses ativos.

A Companhia não possuía ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 e de 2007. Em ambos os exercícios, o reconhecimento do intangível obedeceu aos parâmetros definidos por este CPC.

• CPC 05 - Divulgações sobre partes relacionadas:

O objetivo é estabelecer que as demonstrações financeiras contenham as divulgações necessárias para evidenciar a possibilidade de que sua posição financeira e seu resultado possam ter sido afetados pela existência de transações e saldos com partes relacionadas.

A Companhia adotou o pronunciamento e está divulgando os saldos e transações com os acionistas, vide nota explicativa n° 20.

• CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil:

O objetivo é estabelecer, para arrendatários e arrendadores, as práticas contábeis e as divulgações apropriadas em relação aos arrendamentos mercantis.

A Companhia avaliou o pronunciamento e concluiu que não existem ajustes a serem feitos em função de não possuir contratos de arrendamento mercantil financeiros.

• CPC 08 - Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários:

O objetivo é estabelecer o tratamento contábil aplicável ao reconhecimento, à mensuração e à divulgação dos custos de transação incorridos e dos prêmios recebidos no processo de captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais e/ou de dívida.

A Companhia avaliou o pronunciamento e concluiu que não existem ajustes a serem feitos, uma vez que não foram emitidos títulos e valores mobiliários nos exercícios de 2008 e de 2007, bem como não apresenta saldos em aberto nos períodos mencionados relativos a transações desta natureza.

• CPC 09 - Demonstração do valor adicionado:

O objetivo é estabelecer critérios para a elaboração e apresentação da demonstração do valor adicionado.

A Companhia adotou o pronunciamento e está divulgando a demonstração do valor adicionado, comparativo para os exercícios de 2008 e de 2007.

• CPC 10 - Pagamento baseado em ações:

O objetivo é estabelecer procedimentos para reconhecimento e divulgação, nas demonstrações financeiras, das transações com pagamento baseado em ações realizadas pela entidade.

A Companhia avaliou o pronunciamento e concluiu que não existem ajustes a serem feitos em função de não possuir transações com pagamento baseado em ações.

• CPC 12 - Ajuste a valor presente:

O objetivo é estabelecer os requisitos básicos a serem observados quando da apuração do ajuste a valor presente de elementos do ativo e do passivo quando da elaboração de demonstrações financeiras.

A Companhia possui transação relativa a repasse de recursos para a Cooperativa Habitacional (vide nota explicativa nº 8) cujos prazos de recebimento variam de 8 a 12 anos. Em ambos os exercícios o ajuste a valor presente já vinha sendo reconhecido pela Companhia para esta transação dentro dos parâmetros definidos por este CPC. Adicionalmente, os ajustes a valor presente das outras transações de longo prazo e das transações de curto prazo, passíveis destes ajustes, não são relevantes, as quais incluem os adiantamentos de contrato de câmbio.

• CPC 13 - Adoção inicial das Leis 11.638/07 e 11.941/09:

O objetivo é assegurar que as primeiras demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como as demonstrações financeiras intermediárias, que se refiram à parte do período coberto por essas demonstrações financeiras, contenham informações transparentes, geradas a um custo que não supere os benefícios e que proporcionem um ponto de partida adequado para a contabilidade adotar as novas práticas contábeis.

A Companhia avaliou o pronunciamento e optou por preparar suas demonstrações financeiras considerando o seu balanço de abertura com a data de transição de 1º de janeiro de 2007.

• CPC 14 - Instrumentos financeiros: reconhecimento, mensuração e evidenciação:

O objetivo é estabelecer princípios para o reconhecimento e a mensuração de ativos e passivos financeiros e de alguns contratos de compra e venda de itens não financeiros e para a divulgação de instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia adotou os referidos pronunciamentos, ajustando as operações de NDF – "Non Deliverable Forward" ao valor justo, bem como está divulgando todas as informações relativas a estes instrumentos financeiros derivativos, vide nota explicativa nº 22. As aplicações financeiras da Companhia apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, sendo classificados como "destinados a negociação" e o seu registro a "valor justo", quando aplicável.

• OCPC 02 – Esclarecimentos sobre as demonstrações contábeis de 2008:

O objetivo desta orientação é de dar transparência à posição do Comitê de Pronunciamentos Contábeis em alguns assuntos que têm, provocado dúvidas junto ao mercado e de esclarecer e também salientar alguns pontos quanto aos seus pronunciamentos emitidos.

A Companhia avaliou a orientação e atentou para todos os pontos aplicáveis às atividades da Companhia.

(ii) Efeitos em 2008 da adoção das Leis 11.638/07 e 11.941/09, CPC 02

Demonstramos abaixo o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008 e o lucro líquido naquela data considerando os efeitos da adoção das Leis 11.638/07 e 11.941/09, CPC 02, com o patrimônio líquido e o lucro líquido que seriam obtidos caso as mudanças de práticas contábeis relativas à referida legislação não tivessem sido adotadas:

	Lucro líquido	**Patrimônio líquido**
Saldos apresentados	1.263.487	1.555.330
Ajustes dos efeitos decorrentes da adoção inicial das Leis 11.638/07, 11.941/09 e CPC 02:		
Investimento no exterior classificados como extensão das atividades da investidora - CPC 02	61.391	53.784
Efeitos de conversão pela adoção da moeda funcional (dólar norte-americano) - CPC 02	(429.954)	(961.280)
Instrumentos financeiros derivativos a valor justo - CPC 14	(7.569)	-
Imposto de renda diferido sobre os ajustes	(9.688)	(9.681)
Imposto de renda diferido conversão dos estoques e imobilizado	226.266	-
Total dos ajustes líquidos	(159.554)	(917.177)
Saldos sem os efeitos das Leis 11.638/07, 11.941/09 e CPC 02	1.103.933	638.153

2.2. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia seguem relacionadas:

(a) Moeda estrangeira

(i) Moeda funcional

A Administração, após análise das operações e negócios da Samarco, sobre a aplicabilidade do Pronunciamento Técnico CPC 02 ("CPC 02"), em relação principalmente aos fatores para determinação de sua moeda funcional, concluiu que o dólar norte-americano ("US$") é a moeda funcional da Companhia. Esta conclusão baseia-se na análise conjunta dos seguintes indicadores previstos no CPC 02.

Indicadores primários:

• Moeda que mais influencia os preços de bens e serviços;

• Moeda do país cujas forças competitivas e regulamentos mais influenciam na determinação do preço de venda de seus produtos e serviços;

• Moeda que mais influencia mão de obra, material e outros custos para fornecimento de produtos ou serviços;

Indicadores secundários:

• Moeda na qual são obtidos, substancialmente, os recursos das atividades financeiras;

• Moeda na qual são normalmente acumulados os valores recebidos de atividades operacionais.

(ii) Moeda de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram convertidas da moeda funcional para os reais (R$) que é a moeda de apresentação e também dos registros oficiais, contábeis e legais onde a Companhia está constituída, bem como a moeda de apresentação das demonstrações financeiras de empresas constituídas no Brasil.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento, sendo US$1,00 equivalente a R$2,3362 em 31 de dezembro de 2008 (US$1,00 equivalente a R$1,7705 em 31 de dezembro de 2007). Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado, sendo que estas variações não são reconhecidas no resultado, pois as mudanças nas taxas cambiais têm pouco ou nenhum efeito direto sobre os fluxos de caixa atuais e futuros de operações, sendo, portanto registradas na conta específica do patrimônio líquido denominada, "Ajustes de avaliação patrimonial".

Demonstramos, em milhares, os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultados consolidados na moeda funcional convertidos a moeda de apresentação:

Ativo	**Consolidado**			
	2008		**2007**	
	US$	**R$**	**US$**	**R$**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	161.059	376.267	29.157	51.623
Aplicações financeiras	18.395	42.974	22.900	40.545
Contas a receber	258.578	604.090	194.254	343.926
Estoques	149.467	349.185	63.547	112.510
Tributos a recuperar	66.950	156.408	76.090	134.717
Imposto de renda diferido	10.424	24.352	7.408	14.188
Despesas antecipadas	424	991	1.187	2.102
Outros ativos	3.052	7.130	21.280	37.677
	668.349	1.561.397	415.823	737.288
Não circulante				
Realizável a longo prazo:				
Depósitos judiciais	407	950	7.260	12.854
Tributos a recuperar	95.412	222.902	127.614	225.941
Imposto de renda diferido	50.317	117.552	42.483	75.469
Outros ativos	7.736	18.074	9.233	16.347
	153.872	359.478	186.590	330.611
Imobilizado	2.105.982	4.919.996	1.857.058	3.287.921
Intangível	16.026	37.438	13.396	23.717
	2.275.880	5.316.912	2.057.044	3.642.249
	2.944.229	6.878.309	2.472.867	4.379.537

Passivo	**Consolidado**			
	2008		**2007**	
	US$	**R$**	**US$**	**R$**
Circulante				
Fornecedores				
Mercado interno	42.902	100.227	66.491	117.723
Mercado externo	1.838	4.294	1.842	3.262
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	755.000	1.763.831	543.023	961.422
Empréstimos e financiamentos	-	-	900	1.593
Encargos financeiros a pagar	28.281	66.070	28.554	50.554
Salários, provisões e contribuições sociais	18.543	43.321	21.945	38.854
Tributos a recolher	4.739	11.072	7.082	12.538
Provisão para imposto de renda	7.247	16.930	13.047	23.100
Dividendos propostos	648.369	852.274	263.605	475.528
Imposto de renda diferido	-	7.683	-	-
Outros	39.131	91.417	36.748	65.063
	1.546.050	2.957.119	983.237	1.749.637
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	800.000	1.868.960	800.000	1.416.400
Provisão para contingências e obrigações legais	91.249	213.177	122.791	217.401
Imposto de renda diferido	-	242.377	-	25.119
Outros	17.698	41.346	23.105	40.907
	908.947	2.365.860	945.896	1.699.827

Patrimônio líquido	**Consolidado**			
	2008		**2007**	
	US$	**R$**	**US$**	**R$**
Capital social	409.774	297.025	409.774	297.025
Reservas de capital	1.619	2.476	1.619	2.476
Reservas de lucros	97.025	294.549	45.917	76.903
Ajustes de avaliação patrimonial	(19.186)	961.280	(19.186)	107.093
Lucros acumulados	-	-	105.611	446.576
	489.232	1.555.330	543.735	930.073
	2.944.229	6.878.309	2.472.868	4.379.537

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			
	2008		2007	
	US$	R$	US$	R$
Receita bruta de vendas	2.348.678	4.239.728	1.301.738	2.515.121
Deduções da receita bruta	(41.253)	(73.503)	(21.496)	(39.920)
Receita operacional líquida	2.307.425	4.166.225	1.280.242	2.475.201
Custo dos produtos vendidos	(888.187)	(1.580.278)	(555.621)	(1.068.675)
Lucro bruto	1.419.238	2.585.947	724.621	1.406.526
Receitas (despesas) operacionais				
Vendas	(51.167)	(94.142)	(31.993)	(61.421)
Gerais e administrativas	(16.767)	(30.890)	(11.400)	(22.136)
Outras despesas operacionais, líquidas	(113.864)	(342.808)	(179.883)	(293.623)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	7.218	19.555
Lucro operacional antes do resultado financeiro	1.237.440	2.118.107	508.563	1.048.901
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	14.955	23.346	88.921	163.859
Despesas financeiras	(67.947)	(140.873)	(34.804)	(64.022)
Variações cambiais, líquidas	(140.657)	(272.993)	78.662	152.088
Lucro operacional	1.043.791	1.727.587	641.342	1.300.826
Imposto de renda	(141.630)	(464.100)	(121.731)	(258.679)
Lucro líquido do exercício	902.161	1.263.487	519.611	1.042.147

(b)Apuração do resultado

A receita de vendas de produtos e seus respectivos custos são reconhecidos no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o cliente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os demais custos, despesas e outras receitas são registradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

(c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para redução de preço de venda, provisão para perda de materiais, impostos diferidos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

(d) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável).

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, incluindo a recebíveis relativos à caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

• Instrumentos mantidos até o vencimento

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos disponíveis para venda

Os investimentos da Companhia em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida são classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliadas pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado.

• Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis devem ser mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

• Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado exceto nas circunstâncias descritas abaixo para contabilização de operações de hedge.

• Hedges de fluxo de caixa

As alterações no valor justo do instrumento derivativo de proteção designado como hedge de fluxo de caixa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, na medida em que o hedge é considerado efetivo. Se o hedge for considerado não-efetivo, as alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Se o instrumento de hedge deixar de cumprir os critérios para a contabilidade de operação de hedge (hedge accounting) expira ou é vendido, terminado ou exercido, a contabilidade de operação de hedge é descontinuada prospectivamente. O ganho ou perda acumulado anteriormente reconhecido no patrimônio líquido permanece lá até que as transações previstas (forecast transactions) ocorram. Quando o item protegido for um ativo não financeiro, o valor reconhecido no patrimônio líquido é transferido para o valor do respectivo ativo quando esse é reconhecido. Em outros casos, o valor reconhecido no patrimônio líquido é transferido para o resultado no mesmo período em que o item protegido afeta o resultado.

(e) Ativos circulantes e não circulantes

• Caixa e equivalentes de caixa: estão registrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, ajustado a "valor justo", quando aplicável. Incluem os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata cujos vencimentos das operações na data efetiva da aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, sendo classificados como "destinados a negociação".

• Aplicações financeiras: estão registrados acrescidos dos rendimentos, os quais são reconhecidos no resultado e tem liquidez superiores a 90 dias. Apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, sendo classificados como "destinados a negociação".

• Provisão para créditos de liquidação duvidosa: constituída, quando aplicável, em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas com valores a receber, com base na avaliação individual dos créditos e situação financeira de cada cliente, inclusive seu histórico de relacionamento com a Companhia.

• Estoques: são avaliados ao custo médio das compras ou produção, que não excede aos valores de mercado ou de realização.

A Samarco utiliza o método de custeio por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva e os custos indiretos são apropriados através de rateio com base na capacidade normal de produção.

• Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos ou, no caso das despesas antecipadas, ao custo.

(f) Investimento em empresas controladas

Os investimentos em controladas que representam, na essência, uma extensão da Companhia no exterior, foram incluídas, linha a linha, nas demonstrações consolidadas. As controladas possuem a mesma moeda funcional da controladora, dólar norte-americano.

Os demais investimentos permanentes são registrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para perda de investimentos, quando aplicável.

(g) Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

A depreciação e amortização do imobilizado são calculadas considerando os anos descritos na nota explicativa n° 9, com base no método das unidades produzidas para os itens diretamente relacionados às respectivas áreas produtivas e com base no método de depreciação e amortização linear para os restantes

(h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os valores dos ativos intangíveis, os quais não são possíveis de serem mensurados, cujo preço não é fixo, tampouco determinado, são registrados como despesas operacionais no resultado do exercício.

Intangíveis gerados internamente são reconhecidos no resultado do exercício em que surgiram, excluídos os valores capitalizados de gastos com desenvolvimento de produtos, os quais demonstram os seguintes aspectos:

• Viabilidade técnica para concluir o intangível;
• Intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;
• Capacidade para usar ou vender o ativo intangível;
• Demonstrar a existência de mercado ou outras formas de auferir benefícios econômicos;
• Disponibilidade de recursos técnicos financeiros; e
• Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada, conforme nota explicativa nº 10 e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida (se aplicável) não são amortizados, porém são submetidos a teste anual de redução do valor recuperável.

(i) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

(j) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(k) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subseqüentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

(l) Imposto de renda

A Companhia calcula o imposto de renda com base na legislação vigente, considerando as adições e exclusões legais previstas. Sobre as adições temporárias que se tornarão dedutíveis quando realizadas e prejuízo fiscal, são constituídos créditos tributários diferidos. A Companhia possui o benefício da exportação incentivada o qual refere-se a redução do imposto de renda com base na apuração do lucro da exploração. Também são constituídos débitos tributários diferidos sobre as exclusões temporárias, as quais serão tributadas quando cessarem as condições que atualmente afastam a tributação.

A Companhia possui decisão judicial transitada em julgado, a qual considera inconstitucional a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") e reconhece o seu direito de não recolher a referida contribuição.

(m) Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa, método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo como aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações do valor adicionado são preparadas de acordo o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

(n) Lucro por ação

Calculado com base no número total de ações nas datas dos balanços, independentemente da classificação entre ordinárias e preferenciais.

(o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

• Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

• Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e

• Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

(p) Benefícios a empregados

Os custos de patrocínio do plano de pensão e eventuais déficits (superávits) do plano são contabilizados em atendimento à NPC nº 26 do IBRACON.

Quando os benefícios de um plano são ampliados a parcela do aumento do benefício relativo ao serviço passado de empregados é reconhecida no resultado de maneira linear durante o período médio até que os benefícios se tornem adquiridos. Se os critérios para obter estes benefícios são atendidos imediatamente, o gasto é imediatamente reconhecido no resultado.

3 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de disponibilidades em 31 de dezembro de 2008 e 2007 é como segue:

	2008 (Ajustado)	2007 (Ajustado)
Caixa e bancos:		
No país	743	997
No exterior	228.846	49.559
Aplicações financeiras	146.678	1.067
	376.267	51.623

As aplicações financeiras referem-se a operações disponíveis para negociação, registradas ao valor justo por meio do resultado, sendo sua composição como segue:

	2008 (Ajustado)	2007 (Ajustado)
Conta corrente remunerada no exterior	111.801	-
Fundo de aplicação financeira	34.815	1.017
Outras	62	50
	146.678	1.067

A conta corrente remunerada é denominada em US$. Esta conta é remunerada pela taxa do "overnight" do mercado norte-americano ("Fed Fund rate").

O fundo de aplicação financeira corresponde a certificados de depósitos bancários em banco nacional com remuneração vinculada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, as quais variam entre 99% e 100% do CDI, que possuem liquidez imediata.

4 Aplicações financeiras

	Nota	2008 (Ajustado)	2007 (Ajustado)
Aplicações financeiras:			
Caixa restrito	(a)	42.974	40.545

(a) A Companhia possui caixa restrito na controlada Samarco Finance Ltd. o qual se refere a "collection account" mantida em função da operação de pré-pagamento no valor de US$800 milhões para o projeto de expansão da terceira planta ("P3P"), sendo que o mesmo é retido com 180 dias de antecedência a cada vencimento da parcela da dívida. O valor é limitado a 120% do valor de cada parcela. Esta conta é gerenciada pelo Citibank, administrador do consórcio dos bancos participantes no financiamento e os valores mantidos estão aplicados no fundo de liquidez diária US$ Liquid Reserves Fund-Admin Shares junto ao Goldman Sachs Bank.

5 Contas a receber

O saldo das contas a receber em 31 de dezembro de 2008 e 2007 é como segue:

		2008 (Ajustado)	2007 (Ajustado)
Clientes país		15.749	803
Clientes no exterior	(a)	590.221	344.816
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(1.880)	(1.693)
		604.090	343.926

(a) Do montante a receber de clientes no exterior aproximadamente R$ 170.185 (R$ 73.001 em 2007) estão garantidas por carta de crédito.

As contas a receber da Companhia, em 31 de dezembro de 2008 e 2007, classificadas por vencimento, são como segue:

	2008 (Ajustado)	2007 (Ajustado)
A vencer	406.214	300.972
Vencidos até 30 dias	129.721	42.713
Vencidos de 31 a 60 dias	67.450	304
Vencidos de 61 a 90 dias	93	1.006
Vencidos a mais de 90 dias	2.492	624
	605.970	345.619

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída para as faturas vencidas há mais de 60 dias, considerando a análise individual dos clientes.

6 Estoques

O saldo de estoques em 31 de dezembro de 2008 e 2007 é como segue:

	2008 (Ajustado)	2007 (Ajustado)
Produtos acabados	132.329	16.183
Produtos em elaboração	37.965	26.631
Materiais de consumo e manutenção	174.526	66.142
Provisão para perda de materiais	(133)	(22)
Adiantamentos a fornecedores	4.498	3.576
	349.185	112.510

Em dezembro de 2008, devido à crise econômica mundial, houve paralisação das operações de alguns processos produtivos os quais acarretaram, inclusive na paralisação das usinas 1 e 2, o que gerou capacidade ociosa na Companhia. Desta forma, os custos fixos referentes às usinas 1 e 2 foram considerados como custos de ociosidade e registrados diretamente em "outras despesas operacionais, líquidas" (vide nota explicativa nº 16) no montante de R$41.548.

7 Tributos a recuperar

O saldo de tributos a recuperar em 31 de dezembro de 2008 e 2007 é como segue:

	Nota	2008 (Ajustado)	2007 (Ajustado)
ICMS - MG	(a)	163.814	131.219
Provisão para perdas sobre ICMS - MG	(a)	(53.176)	(13.128)
ICMS - ES	(b)	223.161	173.724
Provisão para perdas sobre ICMS - ES	(b)	(223.161)	(162.118)
PIS e COFINS	(c)	257.183	223.528
Outros		11.489	7.433
Total		379.310	360.658
Circulante		(156.408)	(134.717)
Não circulante		222.902	225.941

(a) O aumento dos créditos de ICMS - MG a recuperar decorreu, principalmente, das aquisições de ativos imobilizados para o projeto da terceira usina de pelotização (vide nota explicativa n° 9).

A Companhia pretende realizar os créditos de ICMS através de transferência para terceiros, conforme legislação vigente. A provisão para realização destes créditos foi baseada no deságio esperado na transferência destes créditos para terceiros e no prazo em que a Administração julga necessário para a transferência da totalidade destes créditos. Desta forma, a provisão constituída corresponde ao percentual de deságio esperado e à diferença entre o valor de custo e o valor presente destes ativos.

Cabe ressaltar que a Companhia possui auto de infração e execução fiscal da Secretaria do Estado da Fazenda de Minas Gerais cujos consultores legais entendem que o risco de perda é possível (vide nota explicativa n° 13, item c.3). Caso a perda no referido processo se materialize a Administração poderá realizar os créditos mencionados no parágrafo anterior com os débitos apurados em decorrência destas autuações.

A movimentação da provisão para perdas sobre ICMS - MG pode ser assim resumida:

	2008 (Ajustado)	2007 (Ajustado)
Saldo no início do exercício	13.128	7.298
Constituição de provisão para perdas	40.048	5.830
Saldo no final do exercício	53.176	13.128

(b) Tendo em vista o histórico de não realização dos créditos de ICMS com o Estado do Espírito Santo, a Companhia opta por constituir provisão para perdas de 100% sobre tais créditos. A parcela não provisionada é correspondente a um pedido de compensação, efetuado no 2° semestre de 2007, com multas de ICMS relativas à compra de energia da Guilman Amorin - UHGASA.

Em 2007, foram revertidos R$1.095 da provisão para perdas em virtude de transferência de créditos para terceiros.

A movimentação da provisão para perdas sobre ICMS - ES pode ser assim resumida:

	2008 (Ajustado)	2007 (Ajustado)
Saldo no início do exercício	162.118	91.053
Constituição de provisão para perdas	61.043	72.160
Reversão de provisão para perdas	-	(1.095)
Saldo no final do exercício	223.161	162.118

(c) Os créditos de PIS e de COFINS referem-se principalmente à aquisição de ativos imobilizados para o projeto da terceira usina de pelotização (vide nota explicativa n° 9), cuja apropriação ocorre pela razão de 1/48 avos por mês, conforme determinam as Leis n° 10.637/02 e 10.833/03. A realização desses créditos ocorrerá mensalmente através da sua compensação com outros tributos federais, em especial o IRPJ a pagar.

8 Outros ativos

	Nota	2008 (Ajustado)	2007 (Ajustado)
Circulante:			
Adiantamentos a empregados		3.813	2.545
Ganhos não realizados - derivativos	(a)	-	31.828
Outros		3.317	3.304
		7.130	37.677
Não circulante:			
COHESA	(b)	15.406	16.227
Ajuste a valor presente - COHESA	(b)	(1.880)	(2.345)
Outros		4.548	2.465
		18.074	16.347

(a) A Companhia contratou operações de derivativos na modalidade NDF ("non deliverable forward") e, em conformidade com o CPC 14 registrou estas transações ao valor justo. (Vide na nota explicativa n° 22)

(b) A Companhia repassa recursos para a Cooperativa Habitacional dos Empregados da Samarco - COHESA, através de convênio para implantação de plano habitacional, assinado em 1º de março de 1994, objetivando o financiamento para aquisição de imóveis pelos empregados, com prazos que variam de 8 a 12 anos. Os valores são atualizados pelos índices de correção salarial coletivos, praticados pela Companhia e serão recebidos em sua totalidade quando do encerramento do Plano Habitacional Samarco - PHS, ou seja, na liquidação do financiamento pelos empregados. Os saldos da COHESA estão ajustados a valor presente, em conformidade com o CPC 12.

9 Imobilizado

A composição dos saldos de imobilizado em 31 de dezembro de 2008 e 2007 é como segue:

	Notas	2008 Custo (Ajustado)	2008 Depreciação acumulada (Ajustado)	2008 Líquido (Ajustado)	2007 Líquido (Ajustado)	Anos de depreciação
Terrenos		26.208	-	26.208	16.533	
Instalações industriais (edifícios, máquinas e equipamentos)		4.502.865	(1.327.758)	3.175.107	860.190	23 a 43
Mineroduto e sistemas correlatos		1.816.117	(422.204)	1.393.913	109.846	20 a 43
Equipamentos de proc. eletrônicos de dados		25.819	(9.104)	16.715	2.829	5
Descomissionamento de planta		6.695	(538)	6.157	4.830	32
Móveis e utensílios		46.313	(19.063)	27.250	12.065	10
Embarcações		8.042	(4.805)	3.237	2.547	9 a 26
Veículos		52.044	(46.482)	5.562	2.718	4 a 25
Ferramentas		8.599	(3.863)	4.736	1.682	25
Bens de rodízio		15.390	(1.305)	14.085	7.312	25
Bens de massa		2.289	(228)	2.061	-	5
Imobilizado em andamento	(a)	138.461	-	138.461	114.053	
Imobilizado em andamento - 3ª usina de pelotização	(a)	96.413	-	96.413	2.055.543	
Adiantamentos a fornecedores - 3ª usina de pelotização	(a)	10.091	-	10.091	97.773	
		6.755.346	(1.835.350)	4.919.996	3.287.921	

(a) O imobilizado em andamento se refere aos gastos com o projeto da terceira usina de pelotização, que foi iniciado em exercícios anteriores, e tem como objetivo a ampliação da capacidade produtiva da Samarco em 54%, passando de 14 milhões de toneladas[1] de pelotas em 2007 para as atuais 21,6 milhões de toneladas[1]. Além da terceira usina de pelotização, na unidade de UBU, em Anchieta (ES), o projeto inclui uma nova usina de concentração na unidade de Germano, em Mariana e Ouro Preto (MG), e um novo mineroduto, com cerca de 400 quilômetros de extensão[1], ligando as referidas unidades. O saldo em aberto apresentado no imobilizado em andamento refere-se a partes do projeto ainda não concluídas, tais como as instalações de correias das minas Alegria 8 e 9, drenagem, pavimentação, pisos industriais e negociações contratuais pendentes relativas a pleitos de fornecedores.

A terceira usina, apesar de haver pendências no projeto, entrou em funcionamento em maio de 2008, e desta forma os custos relativos ao imobilizado em operação, vêm sendo depreciados desde então. Além disso, o saldo de imobilizado em andamento foi reclassificado para as contas de imobilizado em operação, conforme a natureza dos bens e direitos.

Em 2008, os juros capitalizados, referente ao projeto da terceira usina de pelotização, corresponderam montantes de R$15.909, enquanto no mesmo período de 2007 foi capitalizado o montante de R$78.374.

As movimentações dos saldos de custo e de depreciação do imobilizado no ano de 2008 são como segue:

[1] Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Custo:

	Saldo inicial 31/12/2007 (Ajustado)	Ajustes de avaliação patrimonial	Adições	Transferências Entradas	Transferências Saídas	Baixas	Saldo Final 31/12/2008 (Ajustado)
Terrenos	16.533	6.037	-	3.638	-	-	26.208
Instalações industriais (edifícios, máquinas e equipamentos)	1.785.215	976.358	-	1.774.771	(32.853)	(626)	4.502.865
Mineroduto e sistemas correlatos	393.882	644.467	-	779.024	(1.250)	(6)	1.816.117
Equipamentos de proc. eletrônicos de dados	7.899	5.100	-	13.478	(465)	(193)	25.819
Descomissionamento de planta	5.074	1.621	-	-	-	-	6.695
Móveis e utensílios	24.596	9.783	-	13.009	(1.011)	(64)	46.313
Embarcações	5.876	2.035	-	203	(72)	-	8.042
Veículos	37.714	12.379	-	2.186	-	(235)	52.044
Ferramentas	2.750	2.152	-	3.969	(232)	(40)	8.599
Bens de Rodízio	7.529	3.538	-	6.640	(2.317)	-	15.390
Bens de Massa	-	373	-	1.916	-	-	2.289
Imobilizado em andamento	114.053	39.038	93.538	-	(79.570)	(28.598)	38.461
Imobilizado em andamento - 3ª usina de pelotização	2.055.543	(55.880)	502.403	89.555	(2.495.208)	-	96.413
Adiantamentos a fornecedores - 3ª usina de pelotização	97.773	1.873	-	-	(89.555)	-	10.091
	4.554.437	1.648.874	595.941	2.688.389	(2.702.533)	(29.762)	6.755.346

Depreciação acumulada:

	Saldo inicial 31/12/2007 (Ajustado)	Ajustes de avaliação patrimonial	Adições	Transferências Entradas	Transferências Saídas	Baixas	Saldo Final 31/12/2008 (Ajustado)
Instalações industriais (edifícios, máquinas e equipamentos)	(925.025)	(322.161)	(83.310)	(8.250)	10.753	235	(1.327.758)
Mineroduto e sistemas correlatos	(284.036)	(106.925)	(29.408)	(2.038)	201	2	(422.204)
Equipamentos de proc. eletrônicos de dados	(5.070)	(1.805)	(2.529)	(23)	145	178	(9.104)
Descomissionamento de planta	(244)	(100)	(194)	-	-	-	(538)
Móveis e utensílios	(12.531)	(4.434)	(2.468)	(183)	505	48	(19.063)
Embarcações	(3.329)	(1.133)	(275)	(92)	24	-	(4.805)
Veículos	(34.996)	(11.208)	(402)	(12)	-	136	(46.482)
Ferramentas	(1.068)	(1.279)	(424)	(1.168)	57	19	(3.863)
Bens de Rodízio	(217)	(197)	(1.026)	-	135	-	(1.305)
Bens de Massa	-	(37)	(191)	-	-	-	(228)
	(1.266.516)	(449.279)	(120.227)	(11.766)	11.820	618	(1.835.350)

As aquisições de bens e direitos a serem registrados no imobilizado, bem como os gastos relativos ao intangível são registrados em imobilizado em andamento e, quando entram em produção, transferidos para as contas adequadas de imobilizado e de intangível, obedecendo a sua natureza.

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia possuía bens dados em garantia em processos judiciais no montante aproximado de R$132.947 (R$142.573 em 2007).

Demonstramos a seguir os itens que foram totalmente depreciados em 2008 e 2007:

	2008 Custo	2008 Depreciação acumulada	2007 Custo	2007 Depreciação acumulada
Edifícios	2.123	(2.123)	2.100	(2.100)
Embarcações	98	(98)	98	(98)
Máquinas e Equipamentos	5.051	(5.051)	4.660	(4.660)
Sistemas	3.350	(3.350)	3.258	(3.258)
Equipamentos de Process. Dados	3.545	(3.545)	2.074	(2.074)
Móveis e Utensílios	1.405	(1.405)	1.124	(1.124)
Veículos	15.208	(15.208)	15.269	(15.269)
Ferramentas	707	(707)	706	(706)
Totais	31.487	(31.487)	29.289	29.289

Em função do refazimento das demonstrações financeiras demonstramos as reclassificações feitas em 2009 referentes às capitalizações do projeto da terceira usina de pelotização ocorrida em outubro de 2008, as quais, quando da capitalização original, foram efetuadas em grupos de contas indevidos.

	Transferências Custo Entradas	Transferências Custo Saídas	Transferências Depreciação Entradas	Transferências Depreciação Saídas
Custo - Edifícios	224.086	246.995	8.710	10.857
Custo - Máquinas e Equipamentos	423.560	357.824	11.861	8.857
Custo - Sistemas e Instalações Industriais	198.887	238.687	5.940	6.149
Custo - Equip. Process. Eletrônico Dados	176	2.991	39	668
Custo - Móveis e Utensílios	31	301	3	33
	846.740	846.798	26.553	26.564

Em 19 de dezembro de 2007, conforme mencionado na nota explicativa n° 1, a Companhia incorporou sua coligada Usina Hidrelétrica Guilman Amorim S.A.. Como resultado dessa incorporação, a Companhia teve um incremento em seu ativo imobilizado na proporção de sua participação societária, no montante de R$56.437, líquido das depreciações acumuladas, distribuídos entre as contas de terrenos, edifícios, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e equipamentos de informática.

Aproximadamente 29,8% da necessidade total de energia elétrica da Companhia é suprida por seus ativos próprios[1].

[1] Informação não examinada pelo auditor independente.

10 Intangível

A composição dos saldos do intangível em 31 de dezembro de 2008 e 2007 é como segue:

	2008 Custo (Ajustado)	2008 Amortização Acumulada (Ajustado)	2008 Líquido (Ajustado)	2007 Líquido (Ajustado)	Anos de amortização
Direitos de passagem	8.706	(2.269)	6.437	3.832	38
Direitos minerários	29.552	(17.668)	11.884	10.089	20
Outros direitos	1.347	(1.345)	2	-	15
Sistemas aplicativos	44.245	(25.130)	19.115	9.796	5
	83.850	(46.412)	37.438	23.717	

As movimentações dos saldos de custos e de amortização do intangível em 2008 são como segue:

Custo:

	Saldo inicial 31/12/2007 (Ajustado)	Ajustes de avaliação patrimonial	Transferências Entradas	Transferências Saídas	Baixas	Saldo Final 31/12/2008 (Ajustado)
Direitos de passagem	3.832	1.547	3.327	-	-	8.706
Direitos minerários	22.397	7.155	-	-	-	29.552
Outros direitos	1.018	334	-	-	(5)	1.347
Sistemas aplivativos	23.620	9.862	10.763	-	-	44.245
	50.867	18.898	14.090	-	(5)	83.850

Amortização acumulada:

	Saldo inicial 31/12/2007 (Ajustado)	Ajustes de avaliação patrimonial	Amortização do exercício	Transferências Entradas	Transferências Saídas	Saldo Final 31/12/2008 (Ajustado)
Direitos de passagem	-	(1.430)	(839)	-	-	(2.269)
Direitos minerários	(12.308)	(4.617)	(743)	-	-	(17.668)
Outros direitos	(1.018)	(327)	-	-	-	(1.345)
Sistemas aplivativos	(13.824)	(3.728)	(7.578)	-	-	(25.130)
	(27.150)	(10.102)	(9.160)	-	-	(46.412)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstramos a seguir os itens que foram totalmente amortizados em 2008 e 2007:

	2008		2007	
	Custo	Amortização Acumulada	Custo	Amortização Acumulada
Outros direitos	557	(557)	557	(557)
Software	5.240	(5.240)	1.471	(1.471)
Totais	5.797	(5.797)	2.028	(2.028)

Em função do refazimento das demonstrações financeiras demonstramos as reclassificações feitas em 2009 referentes às capitalizações do projeto da terceira usina de pelotização ocorrida em outubro de 2008, as quais, quando da capitalização original, foram efetuadas em grupos de contas indevidos.

	Custo		Amortização	
	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
Sistemas aplicativos software	67	9	13	2
	67	9	13	2

A Samarco e a Vale celebraram, em novembro de 1989, um contrato de transferência de direitos minerários para exploração de jazidas de minério de ferro, nos termos do qual, a Vale se obrigou a ceder e transferir à Samarco, direitos de exploração sobre duas reservas minerais. O valor do contrato observou o pagamento dos direitos minerários: (i) Pagamento fixo/determinado equivalente a R$19.972, e (ii) Pagamentos variáveis correspondentes a 4% sobre o valor bruto dos dividendos pagos pela Samarco aos seus acionistas até a exaustão das reservas. O preço pactuado no contrato não é fixo, tampouco determinado sendo estabelecido como um percentual sobre os dividendos brutos pagos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 os pagamentos totalizaram R$43.676 (R$27.727 em 2007).

11 Adiantamentos sobre contratos de câmbio

Os adiantamentos sobre contratos de câmbio destinam-se, substancialmente, a financiamentos para capital de giro. Os vencimentos destes adiantamentos estão previstos para o período de janeiro a novembro de 2009, cuja liquidação se dará através da exportação de produtos da Companhia. Tais financiamentos são denominados em dólares norte-americanos e estão sujeitos a juros de 3,25% a 5,95% ao ano (2007 - de 4,73% a 5,95% ao ano). As taxas de juros foram negociadas no primeiro semestre de 2008 em média a 3,9967% e devido à crise econômica mundial, em média a 5,60% no último trimestre. Os juros são pré-fixados no momento da captação dos recursos e estabelecidos com base na LIBOR em vigor à época mais o spread da instituição financeira.

O valor de mercado dos contratos de câmbio em 2008 corresponde a R$1.783.191 (R$967.656 em 2007), aproximando-se de seu valor contábil. Vide nota explicativa nº 22 de instrumentos financeiros.

		Consolidado	
	Taxa Juros % a.a	2008 (Ajustado)	2007 (Ajustado)
Adiantamento de contrato de câmbio			
ABN	3,60 - 3,70	22.661	106.198
BNP Paribas	3,25 - 4,00	139.238	-
Bradesco	3,70 - 5,95	88.822	126.734
Brasil	3,47 - 5,80	915.487	554.326
Deustche		-	70.820
Itaú	3,65 - 4,60	262.682	-
Santander	4,65 - 5,40	141.737	-
Unibanco	3,48 - 3,89	176.850	15.403
Votorantim	5,5	16.354	-
Banco Societe Generale		-	87.941
Total		1.763.831	961.422

12 Empréstimos e financiamentos

			Consolidado	
	Nota	Taxa Juros % a.a	2008 (Ajustado)	2007 (Ajustado)
Pagamentos antecipados de exportações:				
Citibank N.A	(a)	3,60 - 3,85	1.868.960	1.416.400
International Finance Corporation - IFC	(b)	8,51	-	1.593
Total			1.868.960	1.417.993
Circulante			-	(1.593)
Não circulante			1.868.960	1.416.400

(a) Pagamentos antecipados de exportações

Os recursos captados entre agosto de 2006 a junho de 2007, através de operação de pagamento antecipado de exportação, no valor de US$800 milhões, foram obtidos pela Companhia (extensão Samarco Finance Ltd.) para financiar parte do projeto da terceira usina de pelotização, representando aproximadamente 60% do total do investimento. Tal operação foi dividida em 2 "tranches" de mesmo valor, US$400 milhões cada, com vencimentos finais em 5 e 7 anos, já considerados 3 e 5 anos de carência, respectivamente. Está sujeita a juros correspondentes à variação da LIBOR acrescida de spread de 0,50% e 0,75% ao ano, para cada "tranche", pagos semestralmente.

O valor de mercado dos financiamentos em 2008 corresponde a R$1.886.883 (R$1.431.589 em 2007), aproximando-se de seu valor contábil. Vide nota explicativa de instrumentos financeiros nº 22.

(b) Os empréstimos relativos à construção de usina hidrelétrica própria - Muniz Freire são denominados em dólares norte-americanos e estavam sujeitos a juros médios correspondentes à variação da LIBOR acrescida de 3,6750% ao ano, aproximadamente. O referido empréstimo foi integralmente liquidado durante o exercício de 2008.

Garantias e obrigações

Os financiamentos são garantidos por notas promissórias.

O financiamento tomado pela Companhia (extensão Samarco Finance Ltd.) possui cláusulas que obrigam a Companhia à observância de condicionantes (somente "covenants financeiros") vinculados principalmente aos índices de endividamento (Total Debt / EBITDA).

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, a Administração da Companhia confirma o atendimento de todas as obrigações contratuais, mesmo com o refazimento das demonstrações financeiras todos os condicionantes seriam atendidos.

13 Provisão para contingências e obrigações legais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo principalmente questões tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, constituiu provisão para as contingências em montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as obrigações legais.

A movimentação para as contingências e para as obrigações legais da Companhia é como segue:

	31/12/2007 (Ajustado)	Adições	Reversões	Utilizações	Encargos	31/12/2008 (Ajustado)
Obrigações legais e contingências tributárias	251.226	-	-	(36.673)	35.937	250.490
(-) Depósitos judiciais tributários	(60.251)	(9.988)	-	55	-	(70.184)
Contingências cíveis	26.254	-	-	-	6.508	32.762
Contingências trabalhistas	638	-	(481)	-	-	157
(-) Depósitos judiciais trabalhistas	(550)	-	-	393	-	(157)
Contingências ambientais	84	25	-	-	-	109
	217.401	(9.963)	(481)	(36.225)	42.445	213.177

A composição das provisões para contingências e para as obrigações legais esta apresentada no quadro abaixo:

		2008			2007		
	Nota	Provisão	Depósitos Judiciais	Líquido (Ajustado)	Provisão	Depósitos Judiciais	Líquido (Ajustado)
Obrigações legais tributárias:							
IRPJ - Plano Verão	(a.1)	8.957	-	8.957	8.361	-	8.361
IRPJ - Plano Real	(a.2)	38.741	-	38.741	36.841	-	36.841
IRPJ - CMB	(a.3)	26.177	-	26.177	24.201	-	24.201
ECE - ES	(a.4)	15.089	(15.089)	-	15.089	(15.089)	-
ECE - MG	(a.4)	12.547	(12.547)	-	12.547	(12.547)	-
ICMS - TUSD - MG	(a.5)	39.394	(39.394)	-	26.830	(26.830)	-
PIS - Lei 9.718/98	(a.6)	14.749	(2.243)	12.506	14.185	(2.243)	11.942
Multa - ES	(a.7)	20.783	-	20.783	20.118	-	20.118
IRPJ - Prejuízo Fiscal - PAES	(a.8)	24.911	-	24.911	23.682	-	23.682
Outros		11.776	(911)	10.865	5.567	(3.542)	2.025
		213.124	(70.184)	142.940	187.421	(60.251)	127.170
Provisão para contingências tributárias:							
ICMS - Multa - Muniz Freire - ES	(b.1)	8.502	-	8.502	11.883	-	11.883
IRPJ – IRRF	(b.2)	17.408	-	17.408	16.801	-	16.801
Honorários advocatícios	(b.3)	11.105	-	11.105	10.795	-	10.795
CFEM	(b.4)	-	-	-	15.788	-	15.788
Outros		351	-	351	8.538	-	8.538
		37.366	-	37.366	63.805	-	63.805
Total de provisão para contingências e obrigações tributárias		250.490	(70.184)	180.306	251.226	(60.251)	190.975
Provisão para contingências							
Outras:							
Ações cíveis	(b.5)	32.762	-	32.762	26.254	-	26.254
Ações trabalhistas		157	(157)	-	638	(550)	88
Ações ambientais		109	-	109	84	-	84
		33.028	(157)	32.871	26.976	(550)	26.426
Total da provisão para contingências e obrigações legais		283.518	(70.341)	213.177	278.202	(60.801)	217.401

(a) Obrigações legais reconhecidas pela Companhia:

(a.1) IRPJ - Plano Verão - Amparada por medida judicial, a Companhia decidiu manter o procedimento de deduzir os valores relativos à depreciação, exaustão e baixas dos ativos permanentes na apuração do Imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ"), mediante a aplicação da variação do IPC de janeiro de 1989. A Companhia mantém o respectivo passivo até a finalização da causa.

(a.2) IRPJ - Plano Real - A Companhia reivindica judicialmente que, na apuração do IRPJ, possa aplicar a variação do IGP-M referente aos meses de julho e agosto de 1994 (com reflexos nos exercícios seguintes) na dedução das parcelas relativas à depreciação, exaustão e baixas do ativo permanente. A Companhia mantém o respectivo passivo até a finalização da causa.

(a.3) IRPJ - CMB (Correção Monetária de Balanço) - Amparada por medida judicial, a Companhia decidiu manter o procedimento de corrigir monetariamente os valores referentes à depreciação, exaustão, amortização e baixa dos ativos permanentes na apuração do IRPJ, mesmo após a edição da Lei nº 9.249/95, que determinou a sua suspensão. A Companhia mantém o respectivo passivo até a finalização da causa.

(a.4) ECE (Encargos de Capacidade Emergencial) - ES e MG - A Companhia pleiteia judicialmente a inconstitucionalidade e ilegalidade da exigência dos referidos encargos e aquisição de energia elétrica emergencial, em virtude da existência de vícios técnicos quando da instituição destas exações. A Companhia mantém o respectivo passivo até a finalização da causa.

(a.5) ICMS - TUSD (Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição) - MG - A Companhia discute judicialmente a legalidade da cobrança do ICMS sobre o direito de uso das linhas de transmissão de energia elétrica. A Companhia mantém o respectivo passivo até a finalização da causa.

(a.6) PIS - Lei n° 9.718/98 - A Companhia estava discutindo judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98, que determinara a ampliação das bases de cálculo da COFINS e da contribuição ao PIS, dentre outros.

A Companhia registra, portanto, provisão para fazer face às obrigações referentes ao PIS, tendo em vista não possuir decisão final neste processo específico.

Em 2005, a Companhia obteve decisão final favorável no que concerne à cobrança da COFINS. Em 31 de dezembro de 2008, do total apresentado na rubrica depósitos judiciais, no ativo não circulante, aproximadamente R$11.900 referem-se a depósitos judiciais da COFINS.

(a.7) Multa - ES - A Companhia recebeu autos de infração e execução fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda ("SEF-ES") do Estado do ES, respectivamente, por supostamente registrar documentos fiscais de entrada em meio magnético fora dos padrões legais. A Companhia mantém o respectivo passivo até a finalização da causa.

(a.8) IRPJ - Prejuízo Fiscal - PAES - A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN"), em virtude da exclusão da Companhia do PAES (Parcelamento Especial, instituído pela Lei nº 10.684/03), requereu a retomada da execução fiscal suspensa e ajuizou outras execuções fiscais, todas referentes à compensação integral de prejuízos fiscais de imposto de renda, sem a limitação de 30%.

Pelo fato de ter sido excluída do PAES por divergência entre os valores declarados e consolidados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ("SRFB") e pela PGFN, a Companhia ajustou em 2007 os valores registrados nos livros da Companhia para refletirem tal exclusão, eliminando os benefícios da redução de multa e atualização pela TJLP e acrescendo os encargos devidos.

(b) Provisões para contingências constituídas pela Companhia:

(b.1) ICMS - Multa - Muniz Freire - ES - A Companhia sofreu autuações referentes à cobrança de ICMS nas operações de transferência de energia elétrica da PCH Muniz Freire, de sua propriedade, para consumo em seu estabelecimento industrial de Ponta Ubu, Anchieta, ES, bem como de multa por falta de emissão de nota fiscal em tais operações.

Em 2006, a Companhia aderiu aos benefícios instituídos pela Lei Estadual nº 8.098/05, e suas alterações, e finalizou processos que se referem à cobrança de multa por descumprimento de obrigação acessória pela SEF-ES. A transação em questão contempla o pagamento dos valores devidos, relativos à multa supramencionada, no montante atualizado de R$3.640 (R$34.786 em 2007), com créditos acumulados de ICMS, nos termos da citada legislação, tendo sido revertida à provisão para perda desses créditos. Do montante total das multas, R$22.903 foram homologados e já quitados pela Companhia.

Os pedidos de quitação de débito apresentados pela Companhia nos processos administrativos encontram-se pendentes de homologação pela SEF-ES no montante de R$8.502 (R$11.883 em 2007). Dos pedidos de quitação de débitos apresentados pela Companhia, na esfera administrativa, um foi deferido no montante de R$3.994; dois encontram-se pendentes de decisão no montante de R$780; e dois foram indeferidos pela SEF-ES no montante de R$7.722, pela suposta impossibilidade de quitação parcial do débito (quitação somente da multa). Nos pedidos indeferidos a Companhia apresentou recurso voluntário que se encontra pendente de decisão pela SEF-ES.

Em relação à cobrança do ICMS, os processos continuam em curso, sendo que o valor atualizado dessas autuações, em 31 de dezembro de 2008, corresponde a aproximadamente R$26.018 (R$23.862 em 2007). A Companhia, entendendo que são possíveis as chances de perda do processo em relação a esta matéria, não constituiu a respectiva provisão para contingências.

(b.2) IRPJ - IRRF - Em 22 de dezembro de 2005, a Companhia recebeu autos de infração da atual SRFB, sendo que o respectivo montante, incluindo principal, multa e juros, em 31 de dezembro de 2008, é de aproximadamente R$374.905 (R$351.095 em 2007), já considerada a multa isolada de aproximadamente R$53.323 (R$48.090 em 2007), abrangendo diversos supostos descumprimentos à legislação fiscal, referentes aos anos calendário de 2000 a 2003.

Algumas das matérias tratadas nos autos de infração referem-se a processos já em curso nos quais a Companhia é parte, tais como a dedução nas apurações fiscais da depreciação, exaustão, amortização e baixas dos ativos permanentes relativas aos Planos Verão, Real e Correção Monetária de Balanço, cujos valores estão contemplados nos itens (a.1), (a.2) e (a.3) acima, respectivamente.

Adicionalmente, outros assuntos foram tratados nestas autuações, tais como (i) glosa de determinadas despesas operacionais; (ii) incidência do IRPJ sobre os créditos recebidos nas operações de cessão e transferência de ICMS; (iii) reflexos dos itens (i) e (ii) na base de cálculo de CSLL e IRPJ; e (iv) utilização supostamente indevida da alíquota do lucro decorrente de exportações incentivadas.

A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, constituiu provisão de R$17.408 (R$16.801 em 2007), montante este considerado como suficiente para cobrir as perdas potenciais com os diversos assuntos objeto dessas autuações.

(b.3) Honorários advocatícios - A Companhia constituiu provisão relacionada a desembolsos futuros para seus assessores legais considerando os prognósticos de ganho dos processos.

(b.4) CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais) - Em 15 de outubro de 2007, a Companhia recebeu autuação do Departamento Nacional de Produção Mineral ("DNPM"), referente à dedução supostamente indevida de despesas de transporte interno e seguro no cálculo da CFEM, no período de janeiro de 1991 a dezembro de 2005.

Em julho de 2007, a Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, procedeu ao pagamento da diferença de CFEM apurada pelo DNPM na citada autuação, referente ao período não abrangido pela decadência (de outubro de 2002 a dezembro de 2005), no total de R$53.162. As despesas de transporte interno e de seguro relativas ao período de janeiro de 2006 a julho de 2007, as quais não estão abrangidas na autuação acima, também foram pagas pela Companhia.

A partir de julho de 2007, a Samarco optou por não deduzir as despesas de transporte interno e seguro no cálculo da CFEM. As despesas de transporte interno e de seguro relativas aos períodos anteriores a outubro de 2002 não foram pagas, pois a Administração entende que já houve a prescrição do imposto.

(b.5) Ações cíveis - A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, constituiu provisão em montante este considerado como suficiente para cobrir as perdas potenciais com processos cíveis relacionados a indenizações a terceiros em processos de transferência de créditos de ICMS.

(c) Outros processos relevantes em andamento:

A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão para contingências, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas como possíveis, sendo os principais:

(c.1) CSLL - A Companhia recebeu autos de infração e execuções fiscais referentes à suposta falta de recolhimento da Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") nos anos calendário de 1991, 1992, 1995 a 1998, e 2000 a 2003. O valor atualizado destes processos, em 31 de dezembro de 2008, corresponde a aproximadamente R$497.109, incluindo, principal, multa e juros, já contemplada a multa isolada de aproximadamente R$50.593.

Os processos referentes a CSLL, citados acima, constituem uma nova cobrança pela União Federal da mesma contribuição, desconsiderando o princípio jurídico da coisa julgada, uma vez que a Companhia já obteve anteriormente decisões favoráveis em ação ordinária declaratória de inexistência de obrigação tributária e em ação rescisória proposta pela União Federal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c.2) CFEM - A Companhia foi autuada pelo DNPM, por alegado recolhimento a menor da CFEM (vide item (b.4)). Em 31 de dezembro de 2008, a contingência monta em aproximadamente R$419.430, já incluídos os acréscimos legais.
Paralelamente, a Prefeitura Municipal de Mariana ajuizou ação contra a Companhia, tendo como fundamentação legal os mesmos argumentos defendidos pelo DNPM em seu processo. A Companhia acredita que a ação da Prefeitura de Mariana constitui-se em uma superposição ao processo instaurado pelo DNPM.
(c.3) ICMS - Transferência de minério de ferro - A Companhia recebeu auto de infração e execução fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais e do Estado de Minas Gerais, respectivamente, referentes à suposta falta de recolhimento do ICMS, quando das transferências do minério de ferro, entre suas unidades, de Germano para Ponta Ubu, localizadas em MG e ES, respectivamente, no período de janeiro de 2000 a março de 2008. O valor do principal, multa, juros e atualização, ainda em discussão, relativo a estes processos, em 31 de dezembro de 2008, corresponde a aproximadamente R$203.569. A Companhia obteve na esfera administrativa decisões favoráveis quanto à cobrança de multa e juros.
(c.4) PIS Faturamento - A Companhia recebeu execuções fiscais relativas à tempestividade e aos respectivos valores dos recolhimentos de PIS apurados em base semestral nos períodos de setembro de 1989 a agosto de 1994. Em 31 de dezembro de 2008, o valor atualizado, incluindo juros e multa, dessas ações monta em aproximadamente R$26.832 (R$25.934 em 2007).
(c.5) INSS - Participação nos Lucros ou Resultados e Prêmio "Campo de Idéias" - A Companhia foi autuada pela SRFB por contribuições sociais supostamente devidas à Seguridade Social pela Companhia, incidentes sobre pagamentos feitos aos seus segurados empregados a título de Participação nos Lucros ou Resultados e Prêmio "Campo de Idéias".
Adicionalmente, outros assuntos foram tratados nestas autuações, tais como (i) contribuições sociais supostamente devidas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento, incidentes sobre os pagamentos referidos; (ii) multa por deixar de arrecadar contribuições sociais; e (iii) multa por falta de informações nas GFIP´s. O valor atualizado relativo a essas autuações, em 31 de dezembro de 2008, corresponde a aproximadamente R$17.999, incluindo, principal, multa e juros.
(c.6) ICMS - ECE - ES - A Companhia recebeu auto de infração lavrado pela SEF-ES por suposta falta de recolhimento do ICMS referente a parcela da base de cálculo denominada ECE. O valor atualizado relativo a essa autuação, em 31 de dezembro de 2008, corresponde a aproximadamente R$9.162, incluindo, principal, multa e juros.
(c.7) ICMS - Aquisição Interestadual de Energia Elétrica - ES - A Companhia recebeu auto de infração lavrado pela SEF-ES por falta de recolhimento do ICMS supostamente devido nas aquisições de energia elétrica em operações interestaduais. O valor atualizado relativo a essa autuação, em 31 de dezembro de 2008, corresponde a aproximadamente R$29.989, incluindo, principal, multa e juros.

14 Outros passivos

	Nota	2008 (Ajustado)	2007 (Ajustado)
Benefícios a aposentados	19	1.133	2.264
Provisão com obrigação para desmobilização de ativos	(a)	36.708	25.365
Provisão direitos minerários	10	28.722	20.030
Provisão para energia elétrica		23.865	11.344
Demurrage a pagar		10.300	4.586
Provisão para compra de minério		7.089	12.055
Contas a pagar – acordo financeiro	(b)	17.663	25.418
Outros		7.283	4.908
		132.763	105.970
Circulante		91.417	65.063
Não circulante		41.346	40.907
		132.763	105.970

(a) Provisão com obrigação para desmobilização de ativos.

	2008 (Ajustado)	2007 (Ajustado)
Provisão no início do exercício	25.365	27.808
Provisão (liquidação) financeira no período corrente	8.803	(4.847)
Revisões estimadas nos fluxos de caixa	2.540	2.404
Provisão no final do exercício	36.708	25.365

(b) Em 2006 a Companhia efetuou uma renegociação de contrato comercial com determinado cliente, através do qual foi retomado o fornecimento de minério interrompido em 2004 e ficou acordado que a Companhia pagaria a este cliente, a título de compensação o montante de US$ 30.000 até 2008, com extensão do prazo de fornecimento. Tais pagamentos vêm ocorrendo através de descontos nos valores a receber oriundos da venda de minério de ferro para este cliente.

15 Patrimônio líquido

(a) Capital social
Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, o capital social da Companhia encontra-se dividido em 5.243.306 ações, sendo representado por 5.243.298 ações ordinárias e 8 ações preferenciais, sem valor nominal. A composição do capital social pode ser assim sumariada:

	Quantidade de ações Ordinárias	Preferenciais	% do capital total
BHP Billiton Brasil Ltda.	2.621.649	4	50
Companhia Vale do Rio Doce	2.621.649	4	50
	5.243.298	8	100

A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais não têm direito de voto, sendo-lhes assegurado a prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia e dividendo 10% maior do que o atribuído às ações ordinárias.
(b) Remuneração aos acionistas
Dos lucros líquidos ajustados, 25% serão obrigatoriamente distribuídos como dividendos. O Conselho de Administração poderá autorizar a distribuição de dividendos intermediários, à conta do lucro do exercício ou de reservas de lucros, observado o disposto no artigo 204 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio nos termos da legislação em vigor, cujo valor líquido será imputado ao dividendo obrigatório.
Os dividendos em 2008 e 2007 podem ser demonstrados como segue:

	2008 (Ajustado)	2007 (Ajustado)
Lucro líquido do exercício (*)	1.263.487	961.069
Lucro disponível para distribuição	1.263.487	961.069
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	315.872	240.267
Dividendos intermediários	616.380	485.541
Dividendos propostos sobre o lucro líquido do exercício	647.107	475.528
Total de dividendos distribuídos e propostos	1.263.487	961.069
Percentual sobre a base de cálculo	100%	100%

(*) O lucro líquido de 2007, base para dividendos, é o originalmente apresentado (vide nota explicativa 2.1).
Conforme decisões do Conselho de Administração da Companhia, em 2008 foram propostos dividendos no montante de R$1.263.487 (R$961.069 em 2007), sendo destes R$616.380 distribuídos como dividendos intermediários do exercício de 2008 (R$485.541 em 2007), e R$852.274 registrados no passivo circulante em 31 de dezembro de 2008 (R$475.528 em 2007), dos quais R$205.167 referem-se a dividendos propostos sobre os lucros acumulados em 2008. Em 2007, foram distribuídos dividendos sobre o saldo de lucros acumulados no montante de R$93.418.
(c) Reserva de retenção de lucros e lucros acumulados
A Administração propôs em exercícios anteriores a 2007 a retenção de parte dos lucros, os quais foram registrados em reserva para retenção de lucros e na rubrica de lucros acumulados.
Os valores supracitados foram retidos para fazer face aos investimentos da Companhia nos termos do artigo 196 da lei das Sociedades por Ações e suportada por orçamento de investimento de capital, que incluiu, principalmente, a expansão da capacidade produtiva através da construção da terceira usina de pelotização.
Em junho de 2007, a Administração propôs a reversão da reserva de retenção de lucros no montante de R$77.411 e em seguida propôs o pagamento de dividendos sobre os lucros acumulados, conforme demonstrado nesta nota explicativa no item (b) acima. Em 31 de dezembro de 2008, a reserva de retenção de R$217.646, antes registrada em lucros acumulados, foi reclassificada para conta apropriada.
Os saldos das reservas de lucros da Companhia estão de acordo com o Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, e, portanto, não ultrapassam o capital social.
(d) Ajustes de avaliação patrimonial
Referem-se às variações cambiais resultantes da conversão do balanço patrimonial e do resultado do exercício da moeda funcional da Companhia de dólares norte-americanos para a moeda de apresentação das demonstrações financeiras, em reais, como segue:

	2008	2007
Estoques	42.684	(5.958)
Imobilizado	1.338.905	139.553
Intangível	7.635	(1.404)
Outros	132	-
Total do ativo	1.389.356	132.191
Receita	12.922	-
Custo	15.670	-
Capacidade ociosa	1.592	-
Variação cambial de itens monetários	(458.430)	(25.098)
Outros	170	-
Total do resultado	(428.076)	(25.098)
Efeito no patrimônio líquido	961.280	107.093

16 Outras despesas operacionais, líquidas

O saldo de outras despesas operacionais, líquidas, em 31 de dezembro de 2008 e 2007, é como segue:

	Nota	2008 (Ajustado)	2007 (Ajustado)
Tributárias		(18.970)	(4.627)
Provisão para perdas sobre ICMS - ES e MG	7	(101.090)	(76.895)
Provisão - ICMS – TUSD – MG	13	(12.564)	(22.281)
Provisão – PIS – Lei 9718/98	13	(564)	(14.185)
Provisão para contingências - CFEM	13	-	(15.788)
Provisão para contingências - Cíveis	13	(6.508)	(26.254)
Participações dos empregados	(a)	(34.737)	(27.238)
Gastos com pesquisas		(59.726)	(14.341)
Direitos minerários	10	(52.427)	(43.130)
Provisão para perda sobre prejuízo fiscal		-	(11.066)
Capacidade ociosa	6	(41.548)	-
Outras, líquidas		(14.674)	(37.818)
Total		(342.808)	(293.623)

(a) A Companhia, baseada na política de remuneração variável, aprovada pelo Conselho de Administração, concede Participação nos Lucros e Resultados aos seus empregados, que está vinculada a metas da Companhia, objeto da avaliação dos resultados, bem como ao alcance de objetivos específicos, os quais são estabelecidos e acordados no início de cada ano. A Companhia registrou despesa efetiva referente à Participação nos Lucros e Resultados nos montantes de R$31.773 em 2008 (R$26.863 em 2007), constituiu a provisão no montante de R$27.054 em 2008 (R$24.167 em 2007) e respectiva reversão em R$24.090 em 2008 (R$23.792 em 2007), reconhecido na rubrica de "Salários, provisões e contribuições sociais".

17 Imposto de renda

A Companhia está sujeita à tributação do imposto de renda pela alíquota de 18% sobre o lucro decorrente de exportações incentivadas e 25% sobre a parcela não incentivada.
(a) Imposto de renda diferido
A Companhia possui imposto de renda diferido registrado no ativo circulante e não circulante constituído sobre provisões temporariamente não dedutíveis pelas alíquotas de 18% e 25%, de acordo com a aplicação de cada provisão como ajuste do lucro decorrente de exportações incentivadas ou ajuste do lucro real, respectivamente.

Valores constituídos pela alíquota de:	Nota	2008 25%	2008 18%	2008 (Ajustado) Total	2007 25%	2007 18%	2007 (Ajustado) Total
Ativo:							
Provisão para perdas sobre ICMS – ES e MG	7	69.084	-	69.084	43.812	-	43.812
Provisão IRPJ - Plano Real, Plano Verão e CMB (juros)	13	-	2.993	2.993	-	2.774	2.774
Provisão para participação nos resultados		6.588	-	6.588	5.900	-	5.900
Provisão com obrigação para desmobilização de ativos	14	9.177	-	9.177	6.413	-	6.413
Provisão para honorários advocatícios	13	2.776	-	2.776	2.699	-	2.699
Provisão para perdas Eletrobrás		-	-	-	1.185	-	1.185
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	470	-	470	423	-	423
Provisão para perdas - AIRE		1.058	-	1.058	1.058	-	1.058
Provisão energia elétrica	14	5.966	-	5.966	2.836	-	2.836
Provisão IRPJ - IRRF (juros)	13	3.316	-	3.316	2.415	-	2.415
Provisão ICMS TUSD-MG	13	-	7.091	7.091	-	4.829	4.829
Provisão PIS		2.290	406	2.696	2.147	406	2.553
Provisão contingências cíveis	13	8.191	-	8.191	6.563	-	6.563
Provisão CFEM	13	-	-	-	3.947	-	3.947
Provisão sobre direitos minerários	14	7.180	-	7.180	4.995	-	4.995
Diferença de conversão dos estoques	15d	-	-	-	-	1.072	1.072
Diferença de conversão do intangível	15d	-	-	-	-	253	253
Outras		5.952	9.366	15.318	(4.070)	-	(4.070)
		122.048	19.856	141.904	80.323	9.334	89.657
Circulante		(14.986)	(9.366)	(24.352)	(13.116)	(1.072)	(14.188)
Não circulante		107.062	10.490	117.552	67.207	8.262	75.469
Passivo:							
Diferença de conversão do estoque	15d	-	7.683	7.683	-	-	-
Diferença de conversão do imobilizado	15d	-	241.003	241.003	-	25.119	25.119
Diferença de conversão do intangível	15d	-	1.374	1.374	-	-	-
		-	250.060	250.060	-	25.119	25.119
Circulante		-	(7.683)	(7.683)	-	-	-
Não circulante		-	242.377	242.377	-	25.119	25.119

(b) Imposto de renda no resultado

	2008 (Ajustado)	2007 (Ajustado)
Lucro antes do imposto de renda	1.727.587	1.300.826
Diferenças permanentes:		
Equivalência patrimonial	(8.189)	(28.308)
Lucros auferidos no exterior	-	11.183
Multas fiscais não dedutíveis	7.252	15.318
Doações não dedutíveis	7.801	3.955
Efeito decorrente de mudança de prática - Lei 11.638/07 e 11.941/09	(376.195)	(105.667)
Outras adições (exclusões)	(3.996)	6.039
Lucro decorrente de exportações incentivadas	(1.342.514)	(1.002.356)
Base de cálculo	11.746	200.990
Alíquota nominal	25%	25%
Imposto de renda apurado	2.937	50.248
Imposto decorrente de exportação incentivada 18%	241.653	180.424
Imposto de empresas no exterior	1.189	259
Imposto de renda diferido sobre lucro não realizado	(7.945)	3.954
Imposto de renda diferido diferença de conversão	226.266	23.794
Imposto de renda no resultado	464.100	258.679

18 Compromissos firmes (Commitments)1

A Companhia possui contratos de longo prazo, a partir do ano de 2008, para o fornecimento de matéria prima e serviços, conforme demonstrado abaixo:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 2008
Serviços e outros	266.182	120.963	72.797	79.302	37.036	576.280
Concentrado de minério de ferro	680.699	680.699	-	-	-	1.361.398
Fornecimento de energia e matéria-prima	684.507	420.516	362.111	747.584	794.308	3.009.026
Custos de fretamento, logística	15.325	14.571	-	-	-	29.896
	1.646.713	1.236.749	434.908	826.886	831.344	4.976.600

19 Benefícios a aposentados

Conforme determina a Norma e Procedimento de Contabilidade 26 (NPC 26), emitida pelo IBRACON, a Companhia divulga as informações previstas na referida norma.
(a) Política contábil do reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais
A Companhia registra as despesas e obrigações relacionadas aos benefícios de aposentadoria oferecidos aos seus empregados ao se aposentarem com base em laudo de avaliação atuarial específico. O saldo das obrigações está registrado em "outros passivos", no passivo não circulante.
(b) Descrição geral das características dos planos de benefícios
O laudo de avaliação atuarial apurou os benefícios de aposentadoria considerando as definições constantes nos regulamentos no que diz respeito às elegibilidades, fórmulas de benefício e formas de reajuste do seguinte plano:
Informações não examinadas pelos auditores independentes.
• Plano de Benefícios ValiaPrev, gerido pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA.
Plano de contribuição definida para benefícios de aposentadoria por tempo normal e aposentadoria antecipada, e de benefício definido para cobertura de invalidez de participantes ativos, de morte de participantes ativos e aposentados e de abono anual dos participantes aposentados ou beneficiários.
O Plano de Benefícios ValiaPrev engloba os seguintes benefícios:
- Renda de aposentadoria normal;
- Renda de aposentadoria antecipada;
- Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de pensão por morte;
- Renda de pensão por morte;
- Renda de benefício diferido por desligamento;
- Suplementação de abono anual;
- Renda de abono anual; e
- Resgate.

O laudo atuarial avaliou as suplementações de aposentadoria por invalidez, de pensão por morte e de abono anual, denominada Plano de Risco.
(c) Passivo reconhecido no balanço

	2008	2007
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(7.270)	(5.375)
Valor justo dos ativos	9.935	6.260
Valor líquido dos ganhos não reconhecidos no balanço	(3.798)	(3.149)
Passivo reconhecido em 31 de dezembro	(1.133)	(2.264)

(d) Demonstrativo da movimentação do passivo atuarial líquido

	2008	2007
Saldo inicial	(2.264)	(3.161)
Ganhos reconhecidos no exercício	26	50
Contribuições da Companhia no exercício	1.105	847
Saldo final	(1.133)	(2.264)

Os saldos apresentados acima foram reconhecidos na rubrica de outros passivos no não circulante.

(e) Despesas reconhecidas nas demonstrações dos resultados

	2009 (Previsão)[1]	2008	2007
Custo do serviço corrente	523	341	283
Custo dos juros	770	542	426
Rendimento esperado do ativo do plano	(1.283)	(750)	(487)
Amortização de ganhos	(158)	(159)	(272)
	(148)	(26)	(50)

[1] Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(f) Hipóteses atuariais

	2008	2007
Econômicas:		
Taxa de desconto	- 10,77 % ao ano	- 10,24 % ao ano
Taxa de retorno esperado dos ativos	- 12,38 % ao ano	- 11,35 % ao ano
Crescimentos salariais futuros	- 4,50 % ao ano	- 5,04 % ao ano até 47 anos - 4,00 % ao ano a partir de 48 anos
Crescimento dos benefícios da previdência social	- 4,50 % ao ano	- 4,0 % ao ano
Inflação	- 4,50 % ao ano	- 4,0 % ao ano
Fator de capacidade:		
Salários	- 100%	- 100%
Benefícios	- 100%	- 100%
Demográficas:		
Tábua de mortalidade	- AT-1983 (H)	- AT-1983 (H)
Tábua de mortalidade de inválidos	- AT-1983 (H)	- AT-1983 (H)
Tábua de entrada em invalidez	-Álvaro Vindas agravada de 3,0	- Álvaro Vindas agravada de 3,0
Tábua de rotatividade	- Nula	- 1% Rotatividade média anual (*)
Idade de aposentadoria	- Primeira idade com direito a um dos benefícios	-Primeira idade com direito a um dos benefícios
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	- 95%	- 95%
Diferença de idade entre participante e cônjuge	- Esposas são 4 anos mais jovens que maridos	-Esposas são 4 anos mais jovens que maridos

(*) Tábua Towers Perrin ajustada em 63,4%. Esse ajuste foi realizado para melhor refletir a rotatividade dos empregados da Companhia.

20 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia com seus acionistas, entidades controladas, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas:

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos e captação de recursos entre as companhias do grupo são realizadas nas condições detalhadas abaixo:

Balanço Patrimonial:	Nota	2008 (Ajustado)	2007 (Ajustado)
BHP Billiton			
Passivo circulante:			
Dividendos	15	426.137	237.764
Companhia Vale do Rio Doce			
Passivo circulante:			
Fornecedores - mercado interno e outros		616	7.350
Dividendos	15	426.137	237.764
Outros (Direitos minerários)	14	28.722	20.030
		455.475	265.144
Demonstração do resultado:			
Receitas financeiras		-	(50)
Direitos minerários	(a)	(52.427)	(43.130)

(a) A Companhia paga para a acionista Companhia Vale do Rio Doce pela cessão de direitos minerários sobre os recursos geológicos de minério de ferro. Estes valores são calculados pela razão de 4% sobre os dividendos pagos, conforme mencionado na nota explicativa nº 10.

		2008	2007
Transações comerciais			
Compras[1]	(b)	(418.536)	(198.643)

(b) Das aquisições realizadas em 2008, cuja realização é estabelecida a condições de mercado, R$88.980 permaneceram em estoque (R$20.913 em 2007).

Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração estão apresentados abaixo:

	2008[1]	2007[1]
Remuneração	14.097	9.666
Benefícios	1.033	678
Total	15.130	10.344

[1] Informações não examinadas pelos auditores independentes.

21 Cobertura de seguros

É política da Companhia manter cobertura de seguros por valores que considera adequado para fazer face aos riscos envolvidos. A Companhia adota o seguro de riscos operacionais, que garante indenização contra danos materiais e perda de receita bruta (interrupção da produção decorrente de acidentes). As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

O valor dos bens cobertos corresponde a R$6.066.054 em 31 de dezembro de 2008 (R$2.530.327 em 2007) e o limite máximo de indenização é de R$666.974 no exercício (R$531.846 em 2007).

22 Instrumentos financeiros

A Companhia possui instrumentos financeiros inerentes às suas operações, representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e ACC's.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.) o qual é aprovado pelo Comitê de Finanças e Estratégia da Samarco. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia (hedge accounting).

Os ativos financeiros da Companhia são representados por:

Caixa e equivalente de caixa e aplicações

Recursos em moeda nacional (Reais) e dólares norte-americanos disponíveis para a Companhia.

	2008 (Ajustado)	2007 (Ajustado)
Caixa e equivalente de caixa	376.267	51.623
Aplicações financeiras	42.974	40.545
	419.241	92.168

O saldo contábil representa o valor de mercado.

• Fundo Fixo Flutuante

Recursos destinados a adiantamentos em dólares norte-americanos que se fazem necessários em viagens internacionais de empregados.

• Bancos

Disponibilidades em contas correntes no Brasil e exterior.

• Aplicações Financeiras

Recursos financeiros aplicados em produtos bancários conservadores e de alta liquidez.

- "Time Deposit" / "Money Market Deposit Account" – Aplicação Financeira indexada à Libor.
- Outras Aplicações – Fundo de Investimento; aplicações financeiras indexadas a Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e Certificados de Depósitos Bancários (CDB).

Direitos e obrigações contratuais

Direitos e obrigações contratuais referem-se ao direito de receber caixa ou outro ativo financeiro de outra entidade; ou de troca de ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade sob condições potencialmente favoráveis para a entidade.

	2008 (Ajustado)	2007 (Ajustado)
Contas a receber	604.090	343.926

• Contas a Receber

Recursos a serem recebidos pela Companhia, cujo saldo contábil representa o valor de mercado.

Os passivos financeiros são representados por:

	Valor de Contábil		Valor de Mercado	
	2008 (Ajustado)	2007 (Ajustado)	2008	2007
Empréstimos, financiamentos e ACC's	3.632.791	2.379.415	3.670.074	2.400.245

• Empréstimos, financiamentos e ACC's

Operações de captação de recursos destinados a suportar as operações rotineiras e investimentos da Companhia e capital de giro.

A gestão de instrumentos financeiros é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade, segurança, custo-benefício e estrutura de capital adequada ao padrão de "investment grade" da Samarco. Vide nota explicativa nº 11 dos adiantamentos sobre contratos de câmbio e nota explicativa nº 12 de empréstimos e financiamentos.

A Companhia não possui derivativos embutidos em instrumentos financeiros.

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

(a) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia se subordina às normas de crédito fixadas por sua Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é obtido através da seleção de clientes de acordo com sua capacidade de pagamento, do total das contas a receber em aberto 28,17% estão garantidas através de carta de crédito em 2008 (21,22% em 2007). A receita bruta de vendas foi de R$ 4.239.728 em 2008 (R$ 2.515.121 em 2007), enquanto a provisão para créditos de liquidação duvidosas constituída em 2008 foi de R$ 187 (R$ 364 em 2007). No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras avaliadas como baixo risco por agências de rating.

(b) Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos nacionais, pagamento de tributos, dividendos e outros. A Companhia possui os seguintes ativos e passivos em Reais, os quais podem afetar o resultado da mesma pela variação da taxa de câmbio:

Ativo	2008 (Ajustado)	2007 (Ajustado)
Circulante		
Tributos a recuperar	156.408	134.717
Imposto de renda diferido	24.352	14.188
Despesas antecipadas	991	2.102
Outros ativos	7.130	37.677
Não Circulante		
Depósitos judiciais	950	12.854
Tributos a recuperar	222.902	225.941
Imposto de renda diferido	117.552	75.469
Outros ativos	18.074	16.347

Passivo	2008 (Ajustado)	2007 (Ajustado)
Circulante		
Fornecedores	(100.227)	(117.723)
Salários, provisões e contribuições sociais	(43.321)	(38.854)
Tributos a recolher	(11.072)	(12.538)
Provisão para imposto de renda	(16.930)	(23.100)
Dividendos	(852.274)	(475.528)
Imposto de renda diferido	(7.683)	-
Outros passivos	(81.117)	(60.477)
Não Circulante		
Provisão para contingências e obrigações legais	(213.177)	(217.401)
Imposto de renda diferido	(242.377)	(25.119)
Outros passivos	(41.346)	(40.907)
Exposição líquida registrada no balanço	(1.061.165)	(492.352)
Passivos não registrados no balanço		
Contingência tributária		
Expectativa de perda remota	(108.996)	(100.596)
Expectativa de perda possível	(1.505.170)	(1.846.677)
Contingência trabalhista		
Expectativa de perda remota	-	(372)
Expectativa de perda possível	(10.304)	(6.806)
Contingência cível		
Expectativa de perda remota	(963)	(2.488)
Expectativa de perda possível	(7.237)	(17.638)
Contingência ambiental		
Expectativa de perda remota	(18)	(18)
Expectativa de perda possível	(1.525)	(112)
Exposição não registrada no balanço	(1.634.213)	(1.974.707)
Exposição líquida total	(2.695.378)	(2.467.059)

A Companhia não realiza nenhuma operação financeira de proteção aos seus ativos e passivos em reais, em acordo com as diretrizes internas e de seus acionistas, entendendo que existe uma proteção natural/balanceamento contra variações na taxa de câmbio quando consideramos os ativos e passivos em dólar e reais.

As operações de derivativos (NDF - "Non Deliverable Forward") contratadas em 2007 para proteção do fluxo de caixa referente ao projeto de construção da terceira usina de pelotização da companhia (beneficiamento, mineroduto e pelotização), em dólares norte-americanos, contra oscilações da taxa de câmbio, foram integralmente liquidadas em 31 de agosto de 2008.

A Companhia classificou suas operações de NDF na categoria de ativos financeiros ou passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, por não estarem sujeitas ao regime de contabilização de operações de "hedge".

As mencionadas operações foram registradas ao valor justo, sendo que o efeito de seu ajuste foi computado ao resultado do exercício ou lucros acumulados no patrimônio líquido em exercícios anteriores.

	2008 (Ajustado)	2007 (Ajustado)	2006
Operações não realizadas:			
Ativo:			
Diferencial a receber publicado (custo)	-	24.259	11.639
Ajuste ao valor justo	-	7.569	25.589
Valor justo	-	31.828	37.228
Efeito no patrimônio líquido:			
Ajuste ao valor justo	-	7.569	25.589
Imposto de renda diferido	-	(1.362)	(4.606)
Ajuste, líquido de impostos	-	6.207	20.983
Efeito no resultado - receita (despesa)			
Ajuste ao valor justo	7.569	(18.020)	
Imposto de renda diferido	(1.362)	3.244	
Ajuste, líquido de impostos	6.207	(14.776)	
Operações realizadas			
Efeito no resultado – receita	39.502	162.549	

(c) Risco de preço

O preço das pelotas de minério de ferro, principal produto da Companhia, é fixado através de negociações anuais junto aos seus clientes. A situação econômica mundial interfere diretamente na demanda e oferta de minério de ferro, que por sua vez se reflete no nível de preços negociados.

(d) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas em função da oscilação da taxa de juros incidentes sobre ativos e passivos financeiros. A maior parte dos empréstimos, financiamentos e ACC's da Companhia em 31 de dezembro de 2008 é estabelecida em dólares norte-americanos, sendo aproximadamente US$ 755 milhões a taxas fixas e US$ 800 milhões a taxas flutuantes correspondentes à variação da LIBOR acrescida de "spread" contratual. A Companhia não possui proteção para variação da LIBOR.

(e) Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos e financiamento (Total Debt / EBITDA).

23 Resultado financeiro

	2008 (Ajustado)	2007 (Ajustado)
Receitas financeiras		
Rendimentos com aplicações financeiras	2.868	132
Juros recebidos de clientes	1.709	(140)
Descontos obtidos	162	11
Hedge - Ganho realizado	39.502	166.523
Hedge - Ganho não realizado	(31.828)	(5.778)
Outras receitas financeiras	10.933	3.111
	23.346	163.859
Despesas financeiras		
Encargos sobre financiamentos	(44.125)	(2.545)
Despesas financeiras sobre contrato câmbio	(74.755)	(31.528)
Comissões e juros bancários	(8.525)	(3.714)
CPMF	(340)	(14.519)
IOF - Imposto sobre operações financeiras	(2.355)	-
Hedge – Perda realizado	-	(3.974)
Hedge - Perda não realizado	-	622
Outras despesas financeiras	(10.773)	(8.364)
	(140.873)	(64.022)
Receitas/Despesas financeiras	(117.527)	99.837
Variações cambiais:		
Caixa	(3.555.591)	(2.927.880)
Clientes	(31.343)	(44.895)
Impostos a recuperar	(206.683)	82.726
Imobilizado	(141.030)	(443.487)
Fornecedor	3.632.395	3.431.651
Obrigações sociais	57.351	34.807
Obrigações tributáveis	32.522	17.109
Dividendos	(59.264)	-
Contingências	30.656	(17.700)
Outras	(32.006)	19.757
Variações cambiais, líquidas	(272.993)	152.088
Resultado financeiro	(390.520)	251.925

Conselho de Administração

Membros efetivos

Marcus Philip Randolph - Presidente
José Carlos Martins – Vice Presidente
Ian Robert Ashby
Pedro Gutemberg Quarishi Netto

Suplentes

John Dunbar Slaven
Marconi Tarbes Vianna
Rogério Tavares
Renato Lopes Peixoto Neves

Diretoria

José Tadeu de Moraes
Diretor Presidente

Roberto Lúcio Nunes de Carvalho
Diretor Comercial e de Serviços Corporativos

Paulo José Barros Rabelo
Diretor de Desenvolvimento e Planejamento

Ricardo Vescovi de Aragão
Diretor de Operações e Sustentabilidade

Eduardo Bahia Martins Costa
Diretor Financeiro

Responsável Técnico
Lucas Brandão Filho
Contador - CRC-MG 046442-ES

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Samarco Mineração S.A.
Belo Horizonte - MG

1. Examinamos os balanços patrimoniais consolidados da Samarco Mineração S.A. ("Companhia") e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2008 e 2007, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e suas controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Samarco Mineração S.A. e de suas controladas em 31 de dezembro de 2008 e 2007, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em decorrência de identificação de erro da Administração na definição de sua moeda funcional e, de acordo com o previsto na NPC 12 – Práticas contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Correção de Erros e com a Resolução nº 1.087 do Conselho Federal de Contabilidade, a Administração da Companhia voluntariamente decidiu pelo refazimento e reapresentação das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007. O sumário dos efeitos relacionados à correção de erros está apresentado na referida nota explicativa.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2010

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6-F-MG

Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC 1RJ092095/O-8-S-MG